



# República Federativa do Brasil

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 143

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1983



## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

1 — ATA DA 187ª SESSÃO, EM 25 DE OUTUBRO DE 1983

*Sessão especial destinada a homenagear a memória do ex-Senador Arnon de Mello.*

1.2 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Sr. Mário Maia, pronunciado na sessão de 18-10-83.

Do Sr. Jutahy Magalhães, pronunciado na sessão de 20-10-83.

Do Sr. Almir Pinto, pronunciado na sessão de 23-10-83.

Do Sr. Henrique Santillo, pronunciado na sessão de 24-10-83.

Do Sr. João Calmon, pronunciado na sessão de 24-10-83.

3 — GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Ata de reunião da Comissão Deliberativa do Grupo, realizada em 13-9-83.

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### Ata da 187ª Sessão, em 25 de outubro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Altevir Leal — Mário Maia — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloysio Chaves —

Gabriel Hérines — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Henrique Santillo — Gastão

Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Leinoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão destina-se a homenagear a memória do ex-Senador Arnon de Mello, de acordo com o Requerimento nº 802, de 1983, de autoria do Senador João Lúcio e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Lúcio.

O SR. JOÃO LÚCIO (PDS — AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O dia 29 de setembro amanheceu, em todo o País, tristonho. A própria natureza parecia que também estava nessa mesma situação, principalmente em Alagoas.

Arnon de Mello, aquele menino pobre, estudioso, dedicado fazendo jornalismo, era, sem dúvida nenhuma, uma figura das mais importantes.

O Brasil, principalmente Alagoas, pediu um grande filho, um filho nobre. Fundou o jornal *O Eco* em Alagoas. No Rio de Janeiro, ficou no jornal *A Vanguarda*. Arnon de Mello trabalhou ainda no *Diário de Notícias*, com muita honra para todos os alagoanos. Seu sonho era jornal. Em seguida Arnon de Mello formou-se em Direito. Daí para frente o seu sonho era casar. E Arnon procurou casar, e casou muito bem com Leda Collor, filha de Lindolfo Collor, que foi Ministro do Governo Getúlio Vargas.

Logo após o seu casamento, tornou-se seu sonho a política. Voltou a Alagoas, juntamente com a Srª Leda. Lá pôde conquistar a simpatia de todos os alagoanos, numa época difícil, a época de terror; nem por isso, Arnon deixou-se intimidar. Juntamente com D. Leda, cuidou de trabalhar, percorreram todo o sertão alagoano, o agreste e a Capital. Sentiu logo que teria condições de chegar ao Governo do Estado de Alagoas.

Grças a Deus, para todos nós, alagoanos, Arnon de Mello foi o homem mais corajoso e mais forte até hoje na história de Alagoas.

Não satisfeito de ser apenas o candidato ao Governo do Estado, Arnon de Mello foi, também, de uma só vez, candidato ao Governo do Estado e também a Deputado Federal.

Muitas e muitas vezes escapou das emboscadas que contra ele tramaram. Atravessou todos esses percalços.

Grças à compreensão do povo alagoano, grças à dedicação de Arnon, o povo entendeu que para salvar Alagoas, naquela época, exatamente seria o governo de Arnon. E assim Arnon de Mello triunfou. Foi eleito para os

EXPEDIENTE					
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL				
<p><b>AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>ALOISIO BARBOSA DE SOUZA</b> Diretor Executivo</p> <p><b>LUIZ CARLOS DE BASTOS</b> Diretor Industrial</p> <p><b>RUDY MAURER</b> Diretor Administrativo</p>	<p style="text-align: center;">Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;"><b>ASSINATURAS</b></p> <p>Via Superfície:</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">Semestre .....</td> <td style="width: 50%; text-align: right;">Cr\$ 3.000,00</td> </tr> <tr> <td>Ano .....</td> <td style="text-align: right;">Cr\$ 6.000,00</td> </tr> </table> <p style="text-align: right;">Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00 Tiragem: 2.200 exemplares</p>	Semestre .....	Cr\$ 3.000,00	Ano .....	Cr\$ 6.000,00
Semestre .....	Cr\$ 3.000,00				
Ano .....	Cr\$ 6.000,00				

dois cargos ao mesmo tempo: ao Governo do Estado e a Deputado Federal.

Arnon governou Alagoas de braços abertos. A porta do Palácio Floriano se abria para receber todos aqueles amigos que o tinham ajudado. Sem distinção de cor, para todos aqueles que com ele quisessem conversar, Arnon tinha sempre um parecer bom, amável. Arnon de Mello fez um governo que talvez nenhum outro, até aquela época, tenha chegado perto.

Arnon ainda lançou o desafio de construir uma estrada asfaltada, em Alagoas não havia um metro de estrada asfaltada. Levou o asfalto de Maceió a Palmeira dos Índios, numa extensão aproximada de 132 quilômetros, o que foi motivo de admiração de todos os alagoanos, encurtando distâncias.

Arnon foi mais além: foi Senador por três vezes, e — para minha satisfação — fui seu suplente por duas vezes.

Arnon de Mello não morreu realizado, porque pretendia fazer ainda muito por Alagoas e por este País. Mas Deus assim o quis, e o levou.

Arnon foi também o maior empresário de publicidade alagoana, comprando todas as ações do jornal *Gazeta de Alagoas*.

Levou também uma rádio AM para Alagoas, que era ouvida em todo o Estado, chegando a ultrapassar os seus limites. Foi Arnon de Mello o pioneiro da televisão em nosso Estado, para ali levando o Canal "Globo", uma estação organizada, que nada fica a dever a qualquer outra deste País. Ainda não satisfeito, levou uma rádio de ondas médias, que também é a mais ouvida do Estado.

Se fosse vivo, o Senador Arnon de Mello, continuaria marcando passo na política do País, principalmente na política de Alagoas.

**O Sr. Luiz Cavalcante** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO LÚCIO** — Pois não.

**O Sr. Luiz Cavalcante** — Permita-me fazer um pouco de história, a minha história. Corria o ano de 1951. Servia eu na Comissão de Estradas de Rodagem nº 5, em Cuiabá. Trabalhava na construção da rodovia Cuiabá—Porto Velho. Era precisamente o mês de abril, quando recebi o mais inesperado, o mais surpreendente mesmo de quantos telegramas já recebi na vida, porque partido de pessoa a quem até então eu nunca vira, e sabia apenas que tinha sido ele, o autor do telegrama, recentemente eleito Governador do meu Estado, do qual eu saíra vinte anos antes. O telegrama era do Governador Arnon de Mello, que me convidava para ser Diretor-Geral da Comissão de Estradas de Rodagem do Estado. Natural-

mente que aceitei aquela oportunidade de voltar a minha terra natal. Tenho aqui o original da portaria, assinada pelo Governador, nomeando-me para o cargo. Eis o seu teor, na íntegra:

#### ESTADO DE ALAGOAS

O Governador do Estado, de acordo com o inciso I, do artigo 15, do Decreto-lei nº 2.704, de 28 de outubro de 1941, resolve nomear Luiz da Souza Cavalcante, Capitão Técnico do Exército Nacional, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor, padrão V, da Comissão de Estradas de Rodagem do Estado, vago em virtude da exoneração de Jaime Fonseca.

Maceió, 31 de maio de 1951, 63<sup>o</sup> da República. —

*Arnon de Mello.*

Esta portaria foi a chave que me abriu as portas da política. No cargo de Diretor da Comissão de Estradas de Rodagem, fiz conhecimento, logo cedo, com o mundo político, em particular com os prefeitos. Em 1958, saí Deputado Federal e, depois, em 60, fui eleito Governador do Estado, com o decisivo apoio de Arnon de Mello. Depois, vim a sentar-me com ele aqui, neste plenário.

Então, eminente colega, por ter sido Arnon de Mello o instrumento do destino que me deu acesso à Casa de Rui Barbosa e que me possibilitou a honra, que eu confesso muito maior, de ter sido Governador do meu Estado, por todos esses motivos eu deploro, muito particularmente, e muito intensamente, o falecimento daquele que em vida se chamou Arnon de Mello. Muito obrigado pela oportunidade deste registro.

**O SR. JOÃO LÚCIO** — Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Luiz Cavalcante.

Arnon de Mello, dizia eu, era aquele homem amável, aquele homem que a todos dispensava um tratamento por igual. Foi um homem a quem tive a satisfação maior de conhecer desde a minha infância e de quem logo fiquei cativo. Já disse desta tribuna algumas vezes que preferia que estivesse sentado naquela cadeira o Senador Arnon de Mello e não este modesto orador porque, homem inteligente, estaria aquela cadeira mais bem ocupada. Mas, infelizmente, as coisas às vezes são assim, Deus chama primeiro os filhos bons, e o Arnon, acredito, foi um deles. É por isso que nós estamos hoje, aqui, prestando-lhe esta homenagem. Eu gostaria de ter o dom da palavra para melhor falar do Arnon de Mello, para dizer o quanto ele foi bom como Governador, como Senador, e como pessoa humana, durante toda sua vida.

**O Sr. João Calmon** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO LÚCIO** — Com muita satisfação, nobre Senador João Calmon.

**O Sr. João Calmon** — Enquanto os Senadores homenageiam a memória do companheiro desaparecido que tanto dignificou esta Casa, eu evoco, com a maior emoção, o jovem jornalista Arnon de Mello, que trabalhou nos *Diários Associados* e fez a cobertura da Revolução Constitucionalista de 1932. Arnon de Mello foi um dinâmico repórter e um primoroso cronista político. Lembro-me bem que ele era o repórter predileto do General Góes Monteiro, que lhe fazia confidências e revelações exclusivas. Assis Chateaubriand sempre me dizia: "Calmon, eu sou devoto de Arnon de Mello". Depois de se afastar do jornalismo, Arnon de Mello iniciou uma carreira também vitoriosa como empresário. Mais tarde, implantou em Alagoas uma admirável organização na área de comunicação social, abrangendo jornal, rádio e televisão. Como Senador da República, Arnon de Mello defendeu neste plenário, muitas vezes, a criação de um Ministério de Ciência e de Tecnologia, ideal que infelizmente não pôde ser concretizado. Dedicou-se também com o maior empenho ao estudo de problemas da energia nuclear. Nesta hora em que todos nós pranteamos a memória desse primoroso ser humano, desejo prestar uma homenagem especial à sua admirável companhia, a sua musa inspiradora, D<sup>ca</sup> Lêda Collor de Mello, filha de um eminente homem público do nosso País, o Ministro Lindolfo Collor. Hoje, toda a família de Arnon de Mello segue à inspiração da sua nova líder, que também dirige a LBA em Alagoas. E, graças a essa notável criatura, que merecê todas as nossas homenagens, os seus filhos estão plenamente integrados nas duas áreas em que o pai tanto se destacou: as áreas de comunicação social, em São Paulo, e de política. Nesta última, um de seus filhos, hoje, atua, com singular relevo, na Câmara dos Deputados. Muito obrigado, nobre Senador João Lúcio, pela oportunidade que me ofereceu para prestar esta homenagem ao inesquecível Arnon de Mello.

**O SR. JOÃO LÚCIO** — Agradeço ao nobre Senador João Calmon.

Todos aqueles que quiserem prestar sua homenagem ao Senador Arnon de Mello, na tarde de hoje, é para mim uma grande satisfação.

Arnon de Mello foi um companheiro de todos os tempos. Por todos os lugares que Arnon de Mello percorria seriam afora granjeava inúmeras amizades e era abraçado por todos. O Senador Arnon de Mello, nas suas cam-

panhas, ou mesmo fora delas, todas as vezes que chegava a Alagoas não se esquecia de agradar as crianças, e dava especial atenção aos idosos e aos deficientes físicos. Era seu costume levar uma pasta cheia de dinheiro, em notas de pequeno valor, para distribuir àquela criança. Muitas vezes, até, pedia-lhe para ajudar, mas ele nunca deixava, queria distribuir sozinho. Em todo lugar que chegava, era uma festa, pois ele foi, toda sua vida, um homem bom, um homem voltado para os pobres.

Com seu desaparecimento, Arnon de Mello deixou uma lacuna difícil de ser preenchida, e significou uma perda irreparável para todos nós, principalmente para os alagoanos.

No dia do seu sepultamento, toda a cidade de Maceió parou para dar seu último adeus ao Senador Arnon de Mello. Foi uma tarde tumultuada, pois todos queriam interromper o cortejo fúnebre para rezar por sua alma. Foi a demonstração inequívoca de que o povo alagoano o estimava muito.

**O Sr. Aderbal Jurema** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO LÚCIO** — Com muita satisfação, nobre Senador Aderbal Jurema.

**O Sr. Aderbal Jurema** — “E, de repente, não mais que de repente...” como diria o poeta Vinícius de Moraes, tivemos, na Legislatura que vai terminar em 1987, a ausência do Senador Arnon de Mello deste Plenário. Hoje, V. Ex<sup>a</sup>, na sua autenticidade telúrica, está falando, como diriam os românticos: “com pureza d’alma”, evocando a figura daquele companheiro da Câmara dos Deputados e do Senado da República, em quem encontrávamos sempre um estímulo para cumprir com as nossas obrigações parlamentares. Nunca encontrei o Senador Arnon de Mello, o Deputado Federal Arnon de Mello, o Governador Arnon de Mello pessimista quanto à situação do nosso País, muito pelo contrário, toda vez que S. Ex<sup>a</sup> encontrava um companheiro, desde os tempos da Câmara dos Deputados, a primeira palavra que S. Ex<sup>a</sup> tinha era de referência ao último discurso que havia lido de seu companheiro. Porque, Senador João Lúcio, S. Ex<sup>a</sup> tinha aqui o que os nordestinos possuem, um manancial de simpatia e de cordialidade para com os seus companheiros. É por isso que, nesta tarde, quando na presença de sua ilustre família, chefiada, hoje, pela excepcional gaúcha D. Leda, nós, pernambucanos, trazemos ao seu discurso uma palavra de carinho, de afeto, e, sobretudo, de admiração à grande figura humana e intelectual de Arnon de Mello: Arnon de Mello, o jornalista dos Diários Associados, da revista *O Cruzeiro*; Arnon de Mello, o Governador das Alagoas; Arnon de Mello, o Deputado Federal; Arnon de Mello, o Senador, e, sobretudo, Arnon de Mello, o pai de família, o homem público.

**O SR. JOÃO LÚCIO** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Nobre Senador Aderbal Jurema, pelo seu aparte.

**O Sr. Aloysio Chaves** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO LÚCIO** — Pois não. Ouço, com muita honra, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Aloysio Chaves.

**O Sr. Aloysio Chaves** — Nobre Senador João Lúcio, V. Ex<sup>a</sup> foi o primeiro signatário do requerimento para que, hoje, se dedicasse esta sessão especial a homenagear nosso pranteado colega, ex-Senador Arnon de Mello. E, de acordo com praxe desta Casa, V. Ex<sup>a</sup> fala, neste momento, não só em nome do seu Estado, Alagoas, mas, também, em nome do seu Partido, o PDS. Associe-me a essa manifestação para dizer, agora, e bem alto, que os atributos excepcionais que ornavam a personalidade do Senador Arnon de Mello, fizeram-no um dos mais ilustres membros desta Casa, onde vim conhecê-lo pessoal-

mente. No contacto cotidiano, na amizade que estre nos se estabeleceu, pude avaliar, não só a sua cultura geral, humanística, os seus talentos como escritor, como jornalista, como parlamentar, mas também o profundo conhecimento que tinha dos problemas do Nordeste e deste País. Foi para mim um prazer conviver com ele durante tantos anos, inclusive, numa ligeira permanência durante a Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 1979. O Senado recebeu com profundo pesar a notícia de seu falecimento, e os registros então aqui feitos, demonstram não só o apreço que desfrutava o Senador Arnon de Mello, nesta Casa, como o alto conceito em que era tido em todo o País. Associando-me à manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, que é do Estado de Alagoas, rendo à família de Arnon de Mello, o preito da minha maior admiração, do meu respeito, na certeza de que o exemplo que ele deixou há de frutificar em todos os seus descendentes, para que continuem a trabalhar por Alagoas e pelo Brasil.

**O SR. JOÃO LÚCIO** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Aloysio Chaves.

**Sr. Presidente, Srs. Senadores**, quero, na tarde de hoje, agradecer a todos aqueles amigos do Senador Arnon de Mello, e também nossos amigos, que vieram aqui, com a sua presença, nos ajudar nesta tarde.

**O Sr. Affonso Camargo** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO LÚCIO** — Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Affonso Camargo** — Nobre Senador, desejo associar a Bancada do Paraná à homenagem que se faz ao Senador Arnon de Mello; a quem conheci no início da minha carreira política. Militamos durante algum tempo no Partido Democrata Cristão, que tentava se afirmar naquela época, como um novo partido, um partido programático no Brasil, e que, infelizmente, em determinado momento, foi extinto. Mas, naquela ocasião, eu conheci a personalidade de Arnon de Mello, naquela época, já ajudado, intensamente, na sua atividade política, por Dona Leda que participava intensamente da sua vida política. E, hoje, faço uma reflexão com relação a esta preocupação de politização de uma nação, que é o que preocupa o País hoje em dia. Parece-me que o exemplo do Senador Arnon de Mello mostra que essa politização não se faz de uma forma massiva, e sim de uma forma comunitária. Parece-me que ele entendia que a politização deve começar na família, englobando a família dentro de um espírito de democracia, e de participação, pois eu percebia, claramente, que ele via a minha atividade — que sou de uma outra geração que a dele — e a atividade de outros jovens políticos daquela época, com muita alegria, ele era um estimulador da nossa atividade política. Quando vejo, hoje, toda a sua família integrada na atividade, não só política, como de comunicação, que é uma atividade essencialmente política, eu percebo que para ele era realmente uma filosofia de vida. Por isso, em nome dos meus colegas de Bancada, quero associar-me a essa homenagem merecida que V. Ex<sup>a</sup> faz a ele, pela sua figura de chefe de família e de um democrata.

**O SR. JOÃO LÚCIO** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador.

**O Sr. Helvídio Nunes** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO LÚCIO** — Com muita satisfação, Senador Helvídio Nunes.

**O Sr. Helvídio Nunes** — Eminente Senador João Lúcio, permita V. Ex<sup>a</sup> que, por seu intermédio, também preste a minha homenagem pessoal ao Senador Arnon de Mello. Devo-lhe inúmeras gentilezas, pois que ele era

pródigo na distribuição de gentilezas. Mas devo-lhe, sobretudo, uma emoção. Não que ele a tivesse praticado, mas ele foi instrumento dessa emoção. É que ao aqui chegar, em 1971, fui designado para compor a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, e no dia da primeira reunião, sentindo no meu rosto talvez mais do que a timidez, mais do que o receio, um certo temor de participar daquela Comissão, onde pontificavam, entre outros, Daniel Krieger e Nelson Carneiro, ele, sentindo esse misto de timidez, de medo, de receio, e identificando todos esses sentimentos naquele nordestino que aqui chegava, naturalmente tímido, tomou-me pelas mãos e me levou para apresentar-me a todos os componentes da Comissão de Constituição e Justiça, e mais, fez-me sentar, exatamente, entre dois lumináres do Direito de nosso País, Gustavo Capanema e Milton Campos. Devo-lhe, por conseguinte, uma das maiores, senão a maior emoção por que já passei na minha vida. E no instante em que V. Ex<sup>a</sup> fala, em nome do nosso Partido, na homenagem a Arnon de Mello, eu quero associar-me aos sentimentos desta Casa, e dizer, também, que, de todo coração, reverente, presto, neste instante, as minhas homenagens de saudade àquele inesquecível, àquele grande Senador, àquele eminente brasileiro Arnon de Mello.

**O SR. JOÃO LÚCIO** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador.

Voltando, quero pedir ao Deus Todo-Poderoso que conforte a família do Senador Arnon de Mello, para que não haja desespero, para que, de hoje por diante, se unam todos a Dona Leda, que também tinha aquele mesmo espírito, e sei do gesto de toda a família do Senador Arnon de Mello, família unida, identificada com todas as coisas boas. E nesse caminho que seguimos, em que uns vão atrás dos outros — isso aí não há quem possa impedir, porque Deus assim marcou, que todos nós sigamos uns atrás dos outros — peço ao Deus Todo-Poderoso que tenha o Senador Arnon de Mello no lugar mais desejado, lá no reino dos céus. Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>a</sup> Leda Collor de Mello, família de Arnon de Mello, minhas Senhoras e meus Senhores:

Breve serão as minhas palavras mas evocam tempos distantes, quando, naqueles idos de 1932 e 1933, nós nos conhecemos.

Trabalhava Arnon de Mello nos *Diários Associados*, e, eu recém-chegado da Bahia, envolto nos acontecimentos da Revolução Constitucionalista, lutava por um pouso na imprensa carioca. E, por coincidência publicamos, no mesmo ano, depoimento sobre a Revolução Constitucionalista. Enquanto eu divulgava na Editora Nacional um trabalho intitulado *22 de Agosto*, que era a data do Movimento Constitucionalista, no Estado da Bahia, Arnon de Mello lançava o seu primeiro livro, aquele que marcaria, desde logo, a sua trajetória política. Recordo do texto e tenho diante dos olhos a sua capa, e, na lembrança, quando ele escreveu. O título era sugestivo: *São Paulo Venceu*. Ele afirmava isso numa hora em que se acreditava que São Paulo estivesse derrotado. Essa afirmação caracterizava Arnon de Mello. Ele previa, já naqueles idos, antes mesmo da hora da convocação da Constituinte de 34, que São Paulo havia vencido, e venceu realmente, porque o ideal que ele animou os paulistas, naquele instante, acabou convertendo-se na Assembléia Nacional Constituinte que votou a Constituição de 1934.

Conheci-o desde então. Fizemo-nos amigos. Acompanhei o jornalista e tive o prazer de visitá-lo no Palácio do Governador do Estado. Mas, foi como Deputado Federal, seu colega, e, mais tarde, como Senador, que maior foi a nossa convivência.

Posso dizer que ele foi, numa Terra de Marechais, ornados pelos galões, um marechal civil, um marechal que conduziu as populações alagoanas, às urnas eleitorais, e derrotou até os mais poderosos adversários. A melhor demonstração, o depoimento mais veemente de que esse prestígio, essa aproximação com o povo de sua Terra permaneceu até o último instante, acaba de ser afirmado, desta tribuna, pelo ilustre Senador João Lúcio: a apoteose de solidariedade que constituiu o trajeto que levou o seu corpo à sepultura onde jaz.

Sr. Presidente, disse o nobre Senador João Lúcio que Arnon de Mello não morreu realizado. Permitirá S. Ex<sup>a</sup> que faça uma pequena ressalva. A sua obra foi completada. Se alguma coisa não realizou, essa é uma tarefa que ele delega à sua família, presidida e orientada pela firmeza, pela dedicação e pelo amor de Dona Leda que traz no sangue a bravura, o estoicismo e o entusiasmo que caracterizou seu ilustre pai, Lindolfo Collor, sem o qual a legislação trabalhista, no Brasil, não teria sido votada, naqueles primeiros anos da Revolução de 30.

Quem será o juiz que julgará a cada um de nós, se completamos ou não a nossa obra nesta vida? O juiz é o povo e a sagração popular que caracteriza o sepultamento dos homens que merecem o apoio das populações é o testemunho de que a obra foi realizada.

Não é hábito, Sr. Presidente, no Congresso Nacional, no Congresso do Brasil marcarem-se permanentemente as poltronas com os nomes dos ocupantes. Os nomes desaparecem quando terminam as Legislaturas, mas, se fosse possível, de agora por diante, instituir no Congresso, ao menos no Senado, o hábito de marcarem-se permanentemente, com os nomes, como ocorre em outros Congressos do Mundo, daqueles que, passando pelas Casas Legislativas, deixaram um traço de luz, certamente uma das poltronas, uma das bancadas desse Senado teria para sempre gravado nome de Arnon de Mello. Porque ele soube servir à Pátria, honrar a família e, principalmente, não desiludir os que acreditaram nele, desde os algaros da mocidade até os dias finais de sua vida. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

**O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. e Srs. membros da família Arnon de Mello:

Quando o Senado da República se congrega para homenagear a memória do ex-Senador Arnon de Mello, que tantos e tão meritorios serviços prestou a esta Casa e ao Congresso Nacional, nós nos sentimos honrados pela alta deferência que nos foi conferida, pelo nosso partido, de prestar, aqui, um breve depoimento a respeito da sua atuação na vida parlamentar e dos assinalados serviços que soube prestar ao Estado de Alagoas e ao País.

Nascido a 19 de setembro de 1911, na cidade de Rio Largo, naquele Estado nordestino, Arnon de Mello bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito em 1933, aos 22 anos, quando já exercia as funções de jornalista na então capital da República.

Sua vida política se inicia na União Democrática Nacional, quando se elegeu, em 1950, Deputado Federal, renunciando em 1951, para assumir o Governo do Estado, exercido até 1956.

Deve-se assinalar que aquele não foi um fácil triunfo, pois, apoiando pela segunda vez o Brigadeiro Eduardo Gomes, como candidato à Presidência da República, Arnon de Mello viu-o derrotado, enquanto a UDN vencia o pleito no plano estadual, depois de uma luta renhida, pois a disputa política era então acirradíssima no Estado de Alagoas.

Cumprida aquela gestão, Arnon de Mello se elege Senador em 1963, reelegendo-se em 1971 e 1979, com três mandatos sucessivos nesta Casa, o último dos quais interrompido a meio pela morte.

Aqui, foi Presidente da Comissão de Minas e Energia e Suplente das Comissões de Economia e Finanças, no primeiro mandato. Nos mandatos sucessivos, foi membro das Comissões de Minas e Energia e de Relações Exteriores, suplente da Comissão de Finanças. No último mandato foi reconduzido à Presidência da Comissão de Minas e Energia, figurando como membro da Comissão de Economia e Finanças.

Tendo realizado várias missões ao Exterior, foi Delegado da União Interparlamentar à Conferência de Copenhague, em 1964, como também à Conferência de Energia Nuclear em Viena, em 1968, e na Conferência do Átomo, no Japão, em 1968.

Na mesma oportunidade visitou Israel, a Índia, a China Nacionalista, o Japão, os Estados Unidos, o Canadá, a Inglaterra, a Suíça, a Espanha, Itália, França, Portugal, Romênia, União Soviética e Áustria.

Foi, também, Delegado do Congresso Brasileiro à Reunião do Parlamento Latino-Americano, em Santiago do Chile, em 1971, representando o Senado na Conferência do Parlamento Europeu e do Parlamento Latino-Americano, em Luxemburgo, em 1975, Delegado brasileiro à Conferência da ONU, em Nova Iorque, em 1973.

Participando, da ARENA, desde a sua fundação, representou o partido, atendendo a convite do governo Alemão, em visita às cidades germânicas de Frankfurt, Nuremberg, Colônia, Bonn e Munique, visitando, a convite do Itamarati, a Áustria, em 1979 e voltando a representar o Senado, na Conferência da ONU, em 1979.

Jornalista na juventude, apontado entre os bons articulistas dos "Diários Associados", Arnon de Mello se fazia notar pelo estilo objetivo e claro da exposição, enquanto, como orador parlamentar, se permitia maiores vôos, marcada sua eloquência pelo lavor estilístico da frase.

Preferia, entre todas, a tarefa de escrever, por isso deixou dezenas de títulos publicados, abrangendo a experiência administrativa, o emprego da energia nuclear e o desenvolvimento científico e tecnológico, as telecomunicações, os problemas da educação e do desenvolvimento.

Afeito às pesquisas biográficas, escreveu "Três Alagoanos", "Pensamento e Ação", "Chefes de Estado" e outros livros, deixando três volumes de Prestação de Contas ao Povo, editados pelo Senado.

Além dos temas de Energia, Educação e Saúde, dedicou especial atenção à problemática nordestina, defendendo, vigorosamente, a política dos incentivos fiscais à região, ao desenvolvimento da indústria açucareira, à análise das desigualdades regionais diante da legislação tributária.

Dos trabalhos de cunho internacional de Arnon de Mello, destaca-se "Portugal e as colônias da África", evidenciando-se, entre os seus melhores ensaios, "O intelectual e o homem público".

Defensor intransigente da iniciativa privada, admitia a interferência do Estado no campo da Economia, com finalidade eminentemente indutiva ao desenvolvimento, não com a mesma intenção lucrativa da atividade privada, mas promovida para abrir-lhe um caminho pioneiro, tendo em vista o interesse nacional.

Ensaísta de arguta penetração, pesquisador dedicado dos problemas econômicos e financeiros, eficiente e claro expositor na tribuna parlamentar, administrador correto, Arnon de Mello serviu à Imprensa, ao Executivo e ao Legislativo com a mesma fé nos destinos do País e o mesmo denodo cívico, sempre fiel à legenda partidária, temperando por um comportamento intransigentemente liberal sua linha doutrinária social-democrática.

**O Sr. Itamar Franco** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GASTÃO MÜLLER** — Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Itamar Franco** — Senador Gastão Müller, não precisaria solicitar este aparte a V. Ex<sup>a</sup>, já que fala em

nome do nosso Partido. Mas, nesta sessão de homenagem a de recordações, o representante de Minas Gerais não poderia ficar calado, sobretudo quando sente na alma uma grande tristeza — a tristeza pelo desaparecimento do companheiro que se foi. O nobre Senador Nelson Carneiro recordou a figura do jornalista, do Senador combativo, do homem público exemplar. Quero referir-me, neste aparte a V. Ex<sup>a</sup>, que tive oportunidade de trabalhar com o Senador Arnon de Mello, mal chegava eu ao Senado da República, na Comissão de Minas e Energia e, posteriormente, como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Acordo Nuclear, Acordo Nuclear que S. Ex<sup>a</sup> conhecia perfeitamente. Era um profundo conhecedor do problema nuclear, não apenas relativamente ao Brasil, mas no que diz respeito à própria universalidade dos fatos que cercam a energia atômica. Portanto, neste instante, juntando a minha voz à de V. Ex<sup>a</sup> só tenho um pensamento: que Deus guarde a alma do companheiro Arnon de Mello.

**O SR. GASTÃO MÜLLER** — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que vem enriquecer o meu pronunciamento.

Nesse preito de saudade, em que nos curvamos, reverentes, diante do seu exemplo de vida, queremos assinalar que os traços da sua atuação nesta Casa servirão para orientar, sempre a quantos queiram servir ao País e às instituições democráticas.

A sua digna família quase toda aqui presente, faço chegar os sentimentos de profundo pesar pelo falecimento do prezado amigo Arnon de Mello, em meu nome pessoal e do PMDB, fazendo votos que o seu exemplo frutifique, sempre, não só entre os seus herdeiros, mas, também, junto aos alagoanos e portanto dos brasileiros de um modo geral, pois, se isso acontecer a luta do homenageado não terá sido em vão.

Que o Supremo Arquiteto do Universo dê ao espírito de Arnon de Mello a paz que ele bem o merece lá no Oriente Eterno.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA (PDS — AL. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Talvez minhas palavras se tornem até desnecessárias, pois os oradores que me antecederam, Senador João Lúcio, em nome do PDS, da Bancada de Alagoas, Senador Nelson Carneiro, companheiro antigo do Senador Arnon de Mello, Senador Gastão Müller, em nome do PMDB, dissecaram a figura impar de Arnon de Mello, mas dadas as ligações e até os desencontros às vezes de Arnon e de Rui Palmeira, o meu saudoso pai, era imperativo que eu trouxesse também o meu testemunho, nesta hora, do quanto Arnon de Mello contribuiu para o desenvolvimento das Alagoas.

Se é verdade que os mortos comandam os vivos, a vida pública em Alagoas vai ter, por muito tempo, a presença e a inspiração deste eminente jornalista, deste homem público dos mais festejados e deste empresário tenaz e audacioso: Arnon Affonso de Farias Mello.

Morre o Senador Arnon de Mello aos 72 anos de idade.

Nascido no Engenho Cachoeirinha, na Cidade de Rio Largo, próxima à Capital de Alagoas, Arnon era filho de Manoel Afonso de Melo e Dona Lúcia Farias Melo.

Filho de Senhor de Engenho, não teve Arnon a sorte de herdar fortunas, porque logo as Usinas "enguliram" o banguê de seu pai que veio ser comerciante em Maceió.

Início difícil da vida de jovem estudante do antigo "Ginásio de Maceió", onde, mercê de Deus, surge, como sucedâneo de sobrevivência, a vocação literária, expressa na grande paixão de Arnon, o jornalismo.

Logo no "Ginásio de Maceió", fundou o jornalzinho "O Eco", para logo em seguida ser um dos fundadores do primeiro grêmio literário de Alagoas, o "Guimarães Passos".

Conseguiu, jovem ainda, seu primeiro emprego de agenciador de assinaturas, depois revisor e repórter, do vetusto *Jornal de Alagoas*. Chegou a ser Diretor deste mesmo periódico, de 1936 a 1942.

Iniciou sua carreira jornalística sob a orientação do bravo Luiz Silveira, convivendo com as mais ilustres figuras do jornalismo da época, Lima Júnior, Artur Acioli, Carlos Garrido, Manoel Diégues Júnior, Raul Lima, Valdemar Cavalcanti, Afrânio Melo e tantos outros.

Estava, assim, impulsionada e motivada a vida do jovem Arnon de Mello.

Um passo a mais e se encontra Arnon no Rio de Janeiro, em meio a nomes do porte de Assis Chateaubriand, Joel Silveira, Orlando Dantas e Costa Rego.

Começa a trabalhar no *A Vanguarda*, no *Diário de Notícias*, *O Jornal* e, finalmente, no *Diário Carioca*, que terminou comprando, numa demonstração da ousadia do empresário que começava a brotar.

A meu ver, entretanto, o maior e mais decisivo momento da vida de Arnon de Mello foi ter encontrado pelos caminhos difíceis e competitivos do Rio de Janeiro aquela que foi sua inspiração, seu braço direito, sua segurança, a figura ímpar e excepcional de mulher e de pessoa humana que se chama Leda Collor.

Com ela, a inteligente filha do Ministro Lindolfo Collor, Arnon se consorciou, gerando uma plêiade de filhos exemplares, todos eles já prestando relevantes serviços nos vários setores da atividade humana: Leopoldo Affonso, expoente na administração da Rede Globo de Televisão, Leda Maria, casada com o Embaixador do Brasil no Egito, Ana Luísa, jornalista e escritora de largos méritos, Fernando Affonso, hoje Deputado Federal e Prefeito de Maceió em minha Administração, Pedro Affonso, no momento, à frente da prestigiada e prestante Organização Arnon de Mello, em Alagoas.

Jornalista vitorioso, Arnon resolve ingressar na vida político-partidária em Alagoas, enfrentando, em 1951, uma das fases mais difíceis da vida política de meu Estado.

Não era fácil ser adversário político de um Silvestre Péricles de Goes Monteiro.

Mesmo assim, Arnon, ao lado de bravos companheiros, entre os quais me orgulho de mencionar meu pai o então Deputado Federal Rui Palmeira, conseguiu eleger-se Governador de Alagoas e, ao mesmo tempo, Deputado Federal, na legenda da antiga e inesquecível UDN.

Assumindo o Governo, despontou a alma do pioneiro, construindo, a duras penas, a primeira estrada asfaltada de Alagoas: Maceió—Palmeira dos Índios.

Depõe, a este respeito, com bastante felicidade, o ex-Governador Theobaldo Barbosa, à época seu Chefe de Gabinete: "Quando então o Governador Arnon de Mello tencionou construir a estrada Maceió x Palmeira dos Índios, ele lutou com grande adversidade, porque contava com uma bancada na Assembléia Legislativa com apenas um deputado a mais do número suficiente para aprovação de sua mensagem. E tinha ainda o Governo federal contrário: era o Governo de Getúlio Vargas, que era do partido contrário ao de Arnon de Mello", apesar das suas amizades.

O Sr. Albano Franco — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Com muita honra.

O Sr. Albano Franco — Nobre Senador Guilherme Palmeira, por várias razões e motivos, não poderia, em meu nome pessoal, do vizinho Sergipe, deixar de prestar, nesta hora, uma homenagem justa à memória de Arnon de Mello. E eu o faço na condição de político e empre-

sário, porque político e empresário era Arnon de Mello, ele que foi neste País, que tanto necessita de criatividade e de audácia, um dos pioneiros, um dos principais líderes em comunicação, em todo o Nordeste brasileiro, como aí estão a atestar hoje, a obra que ele deixa em Alagoas, que são as Organizações Arnon de Mello. Também não poderia deixar, neste instante, de referir-me à sua companheira, Dona Leda Collor, exemplo virtuoso de esposa e mãe, que soube aliar o seu valor intelectual e de mulher forte ao espírito humanitário que Alagoas reconhece e homenageia. Também aproveitou o ensejo para, nesta hora em que se homenageia o Senador Arnon de Mello — que foi colega nesta Casa do meu pai e seu amigo — referir-me a seus filhos, hoje homens da minha geração, que são: Leopoldo e Fernando Collor de Mello. Não poderia, neste instante, deixar de me associar às palavras justas e merecidas que o nobre Senador Guilherme Palmeira, em nome das Alagoas, faz ao homem que fez jus a esta Casa e que fez jus a Alagoas, ao Nordeste e ao Brasil.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Muito grato pelo aparte, nobre Senador Albano Franco, que ilustra minhas modestas palavras em homenagem a este grande brasileiro.

Mesmo político, Arnon de Mello jamais deixou de ser jornalista, transformando-se logo, em 1952, em empresário de jornal, quando comprou a *Gazeta de Alagoas*, hoje, o maior matutino do Estado.

Com seu espírito de pioneirismo, Arnon construiu a *Rádio Gazeta*, AM e FM, culminando a sua influência no processo de comunicação do Estado com a instalação da primeira estação de televisão do Estado, a TV-Canal 7, uma das mais bem equipadas emissoras deste País.

Com esta folha de serviços e com uma vida toda voltada para Alagoas, é que Arnon de Mello chega a este Senado da República, em 1963, para se notabilizar pelos relevantes serviços aqui prestados, sobretudo na Comissão de Minas e Energia, da qual foi Presidente até o momento em que se licenciou para tratar de sua saúde.

Não é tempo, nem hora de se traçar o perfil ao Senador Arnon de Mello.

Quero apenas, juntar a minha homenagem e urgir a minha saudade com a presença da lembrança de Arnon de Mello, neste Senado Federal, pois reverenciamos a memória de um grande homem da minha terra e deste Brasil.

Como o fiz pessoalmente, uno-me, neste momento e nesta Tribuna, à dor de todos os seus familiares e amigos, fazendo votos a Deus para que a vida jornalística, empresarial, política e amiga de Arnon de Mello tenha o prosseguimento e a projeção a que ele fez jus e que seus filhos, sobretudo o político, Deputado Federal Fernando Collor de Mello, continuem sabendo ser dignos da memória de um grande Pai. (Muito bem!)

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 793, de 1983, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para o Requerimento nº 784, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que solicita criação de uma Comissão Especial Mista que deverá ser formada de 11 Senadores e 11 Deputados Federais, com vigência de 120 dias, para discutir e avaliar aspectos do contexto econômico, social e institucional do País.

2

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha

de magistrados que devam integrar tribunais com jurisdição em todo o território nacional, tendo

PARECER, sob nº 634, de 1983, da Comissão: — de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador José Ignácio.

3

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1983, de autoria do Senador Pedro Simon, que autoriza o Poder Executivo a conceder um abono de emergência de 70% (setenta por cento) para os servidores públicos federais, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 739, de 1983, da Comissão: — de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade.

4

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que estabelece critério e limite para os reajustes dos preços de ingressos de jogos de futebol, tendo

PARECER, sob nº 738, de 1983, da Comissão: — de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e injuridicidade.

5

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica, tendo

PARECER sob nº 710, de 1983, da Comissão: — de *Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1981, de autoria da Comissão Especial do Júri Popular, que altera dispositivo do Código de Processo Penal, tendo

PARECER, sob nº 741, de 1983, da Comissão: — de *Constituição e Justiça*, favorável, nos termos de Substitutivo que oferece.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 800, de 1983, de autoria do Senhor Senador José Ignácio, de adiamento da discussão para o dia 27 de outubro.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 45 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MÁRIO MAIA NA SESSÃO DE 18-10-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência se sente na obrigação de também dizer algumas palavras nesta sessão especial em que se homenageia a memória desse grande brasileiro que foi Arnon de Mello.

Eleito senador pela primeira vez em 1963, foi duas vezes reeleito e estava no meio do seu terceiro mandato quando a morte o vitimou após longa e pertinaz enfermidade.

Pronunciou neste plenário vários discursos onde se notava sempre a sua preocupação com os grandes

problemas nacionais, os quais debatia com seriedade e demonstrava a solidez de sua vasta cultura.

Nas comissões a que pertenceu se destacou sempre por sua presença infatigável e pelos seus pareceres, estudando a fundo a matéria nesses tratada pela riqueza de argumentos e razões abalizadas que apresentava.

Pela sua luminosa passagem por esta casa, deixa o Senador Arnon de Mello uma lacuna difícil de ser preenchida, e em todos nós um grande vazio pela perda de um homem fino, de educação esmerada que a todos encantava por sua personalidade cativante. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla)** — Antes de encerrar a presente sessão, a Presidência designa para a ordinária de amanhã a seguinte

### ORDEM DO DIA

**O SR. MÁRIO MAIA (PMDB — AC.** — Pronuncia o seguinte discurso. Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Hoje é dia 18 de outubro, este dia no calendário da Igreja Católica assinala o Dia de São Lucas.

São Lucas, aquele que antes de ser santo era homem e, como homem, um artista, pintor, um escritor evangelista que foi, um biógrafo da vida de Jesus Cristo, e também um ser humano que amava fraternalmente os seus semelhantes, escolheu para sua atividade profissional, exercício da medicina. Médico, era aquele que curava com a ciência, com a arte e com o amor. Nós no Brasil consagramos o Dia de São Lucas para homenagear o médico, e foi escolhido esse dia, como Dia do Médico.

Portanto, Sr. Presidente, neste momento, como médico que somos e como Presidente da Comissão de Saúde do Senado da República, quero, neste momento, trazer à classe médica os meus mais sinceros votos de que ela continue o seu destino, através da arte e da ciência de curar, procurando minorar os problemas de seus semelhantes.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. MÁRIO MAIA** — Com muito prazer, nobre Senador.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Eu havia deixado para focalizar mais tarde o Dia do Médico, mas já que V. Exª o faz com autoridade de médico, gostaria de aditar ao pronunciamento de V. Exª um trecho do discurso que eu deveria proferir:

“É o médico não só um homem que busca remédio para os males físicos, mas ainda a esperança que alimenta aos mais humildes nos momentos de desespero, e a tábua de salvação para os sofrimentos daqueles que não podendo curar seus entes queridos, se confortam com a dedicação encontrada no colega e amigo que, a seu lado e solidariamente, sofre a perda de um ser humano, vítima do estado de dificuldades em que vivemos todos, uns mais outros menos, mas todos numa inglória luta de sobrevivência”.

V. Exª, faz muito bem em exaltar, neste momento, a classe médica, justo quando ela luta por uma melhor remuneração e por um estímulo maior dos Poderes Públicos. Louvo V. Exª por sua iniciativa.

**O SR. MÁRIO MAIA** — Agradeço, nobre Senador Nelson Carneiro, o aparte tão brilhante que V. Exª traz ao meu modesto pronunciamento, que pretende homenagear, nesta tarde, o médico, a figura singular do médico.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Trazemos, portanto, não só em nome pessoal, como acredito estar falando neste instante, em nome do meu Partido e em nome do Senado da República, as homenagens merecidas e a saudação àqueles que, no silêncio de seus consultórios, no escondido dos ambulatórios e das enfermarias, diuturnamente cuidam de minorar a dor dos nossos semelhantes. Especialmente, Sr. Presidente e

nobres Srs. Senadores, eu quero trazer a minha homenagem a esta classe laboriosa, a estes soldados de branco; quero trazer o meu tributo homenageando a figura do médico, através da personalidade e da atividade daqueles que se adentram no coração de nossa Pátria, e vão ao longo dos rios, nos recônditos das florestas, solidariamente levar a sua assistência, um pouco do seu saber àquelas populações distantes e carentes dos mais elementares e comecinhos princípios de assistência, não só médica, como social, cultural, jurídica, enfim, de toda ordem. O médico do interior, nobre Sr. Presidente, não é só médico, mas também é o conselheiro, é o juiz, é aquele procurado para dirimir dúvidas, não só de ordem da saúde, mas dúvidas também de ordem moral e espiritual. Aqueles médicos, Sr. Presidente, no interior do Brasil, sem recursos de qualquer natureza, muitas vezes são obrigados a fazer atendimentos dramáticos, nas condições mais elementares, como intervenções cirúrgicas em postos médicos, partos cesários de emergência em postos médicos e intervenções cirúrgicas até em domicílios.

**A Srª Iris Célia** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. MÁRIO MAIA** — Com todo prazer, nobre Senadora, Professora Iris Célia.

**A Srª Iris Célia** — V. Exª traz hoje a esta Casa uma das mais justas homenagens que podemos prestar à figura do médico, o incansável, o amigo, o que está sempre presente nas horas mais difíceis. E lembra, com muita propriedade, o exercício da Medicina em zonas inóspitas, em lugares de dificuldades, nas zonas rurais, pelas nossas plagas, e eu queria juntar-me a V. Exª Talvez as minhas palavras não tenham o brilho da sua eloquência como médico, a sua defesa de uma causa justa e própria, mas quero que mesmo assim elas sejam somadas às suas, numa homenagem de muita gratidão e de muito amor a esta classe anônima que tantos benefícios faz a humanidade. Muito obrigado, nobre Senador.

**O SR. MÁRIO MAIA** — Eu é que agradeço, nobre Senadora Iris Célia. O seu aparte vem enriquecer as minhas descoloridas palavras, com as quais estou procurando homenagear esta classe, às vezes tão mal compreendida, mas sempre respeitada, acredo querida, porque são nos momentos dramáticos da vida e, muitas vezes, nos momentos derradeiros que, por força das circunstâncias, ela está sempre presente.

Portanto, as palavras de V. Exª, como educadora e como mulher do interior, trazem ao meu discurso o registro que nós fazemos com muito amor e carinho, porque é muito apropriado e conhecedor das causas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, queremos deixar registrado, hoje, nas páginas do Diário do Congresso Nacional, esta comemoração e homenagem ao Dia do Médico brasileiro, estendendo a todas as associações médicas, de todos os Estados, que estão hoje comemorando o dia daqueles que, na simplicidade dos ambulatórios, executando pequenas intervenções, pequenas cirurgias, ou nos receituários cotidianos dos ambulatórios públicos municipais, estaduais e federais; quer nos meios requintados dos grandes hospitais, onde se executam as mais finas operações, como sói acontecer nas intervenções cirúrgicas que se fazem no órgão mais melindroso e central do corpo humano, que é o coração.

**O Sr. Passos Pôrto** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. MÁRIO MAIA** — Com todo prazer, nobre Senador Passos Pôrto.

**O Sr. Passos Pôrto** — Nobre Senador Mário Maia, ninguém mais do que V. Exª tem autoridade, neste plenário, neste Dia de São Lucas, para homenagear o médico brasileiro, porque ninguém mais do que V. Exª — re-

pito — é o símbolo do médico brasileiro. Tenho conhecimento da sua vida de profissional...

**O SR. MÁRIO MAIA** — Muito obrigado.

**O Sr. Passos Pôrto** — ... de suas lutas naquele distante Estado do Acre, sem assistência, sem base científica, num Estado ainda em formação. V. Exª tem sido um apóstolo da Medicina naquela área, sendo um médico eclético, servindo àquela população desassistida neste sacerdócio em que V. Exª é símbolo, mas que há tantos, neste Brasil afora, prestando estes serviços às populações do interior, levando a elas não só o conforto da assistência médica, mas também o conselho que tanto fez, ao longo de nossa História, o médico de família. De modo que V. Exª é um representante deste médico de família, aqui, e é com V. Exª que me solidarizo nas homenagens que se prestam a esta eminente profissão que é a Medicina.

**O SR. MÁRIO MAIA** — Muito obrigado, nobre Senador Passos Pôrto. E, é por isso que eu enfatizava o trabalho do médico do interior, porque nós temos uma parcela dessa experiência, em verdade, como V. Exª destaca e nós modestamente confirmamos. Muitas vezes, em congressos de colegas, onde as especialidades se fazem presentes, costumam os colegas perguntar uns aos outros, qual é a especialidade de cada um, e costumamos responder quando perguntam a nossa especialidade: somos médico do interior. Isso porque o médico do interior, como dizia no início do meu discurso, tem que exercer todas as especialidades, desde o atendimento à gestante nos cuidados maternos, na assistência ao parto e na assistência ao recém-nato, à criança na puberdade e na adolescência. Ele enfrenta todas as fases da vida, ou melhor, enfrenta todas as doenças ou todos os acidentes de saúde que incidem em todas as faixas etárias.

Assim, o médico do interior é obrigado a ser uma policlínico, ser um pediatra, um obstetra, ser um cirurgião geral, ser o clínico e, além disso, ser o geriatra, ser o conselheiro, o psicólogo, o psiquiatra, enfim, aquele médico polivalente que as populações do interior de nosso País tanto necessitam.

**O Sr. João Calmon** — Senador Mário Maia, permita-me um aparte?

**O SR. MÁRIO MAIA** — Com todo prazer, nobre Senador João Calmon.

**O Sr. João Calmon** — Desejo solidarizar-me com V. Exª, no momento em que presta uma homenagem ao Dia do Médico. Nesta hora em que estamos todos entoando um hino de louvor a esses admiráveis profissionais, devemos destacar a necessidade de ser desencadeada neste País uma campanha para garantir aos médicos uma remuneração condigna. Ainda, na semana passada, nós homenageamos aos professores, também vítimas de uma política discriminatória, responsável pelo pagamento ao magistério primário de apenas 10% do salário mínimo vigente em várias regiões. Na hora em que todos nós homenageamos o “Dia do Médico”, impõe-se um mutirão nacional, para que o Brasil não chegue a ter os seus médicos descalços, como aconteceu, no passado, na República Popular da China. Unamo-nos numa cruzada para que os médicos brasileiros não continuem subempregados e marginalizados, com um salário, realmente, muito abaixo da sua qualificação profissional e do apostolado que exercem em todas as regiões do País, inclusive nas áreas de mais baixo índice de desenvolvimento. Congratulo-me com V. Exª por essa homenagem à classe que V. Exª tanto honra e tanto dignifica.

**O SR. MÁRIO MAIA** — Muito obrigado, Senador João Calmon. Acrescento seu aparte com muita honra

ao meu discurso, nesse momento em que V. Ex.<sup>a</sup> aborda outro aspecto da atividade médica, que é a parte dos honorários.

Ultimamente, vê-se na imprensa uma crítica acerba até, muitas vezes injusta, procurando estigmatizar a classe médica através de uma falha de um profissional, e coloca-se no banco dos réus, ao invés do indivíduo, às vezes, toda a atividade, e tem sido polêmica a colocação que se tem feito do chamado erro médico. É difícil avaliar o erro médico, porque com a formação humanística que todo médico recebe, e com a opção que se faz para essa atividade, não cabe, absolutamente, a negligência. Acontece, entretanto, que nós, médicos, trabalhamos com uma coisa muito melindrosa, muito sensível, que é a vida humana, e ao se tratar desta coisa maravilhosa que é a vida tem-se que ter uma concentração muito grande para que não aconteça o chamado erro médico. Nós, seres humanos, todos somos vítimas do erro, e muitas vezes acontece o erro médico porque o médico está assobado de trabalho, obrigado que é, muitas vezes, a frequentar vários ambulatórios, correr de uma casa de saúde para outra, para ganhar o mínimo para seu sustento, trabalhando cansado, exausto, saindo de um plantão e entrando em outro. Então, independentemente da sua vontade ou dos seus cuidados, às vezes, acontece um acidente.

Por seu trabalho, o médico é pessimamente remunerado pelos poderes públicos, quer municipal, estadual, federal ou autárquico.

Como exemplo, basta dizer que os honorários profissionais do médico, na Previdência Social, para a admissão, está em torno de 100 mil cruzeiros. Um médico não pode, absolutamente, viver com um ordenado dessa natureza, e é obrigado a ter quatro, cinco empregos, tirar plantão em várias casas de saúde para poder ganhar o mínimo de sustento para a sua família.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, já que o nosso tempo se esgotou e desejando atender a uma advertência que o Presidente da Mesa nos faz, porque, como médico, também deseja saudar o dia de hoje, encerramos aqui a nossa saudação ao médico brasileiro, nesse 18 de outubro, data em que nós todos, tomando como padroeiro São Lucas, festemos no Santo, no homem, no artista e no médico o dia dos soldados de branco.

Ao finalizar, queremos dizer que os médicos, além de exercerem a atividade profissional específica, eles geralmente acrescentam na sociedade muitas outras contribuições quem todos os campos da atividade humana, na atividade cultural, artística, social e política. Prova disso é que a Mesa que preside os nossos trabalhos é constituída, na sua maioria, de ilustres médicos, Senadores que tanto engrandecem e dão orgulho a esta Casa. O Presidente do Congresso Nacional, nosso companheiro Nilo Coelho, que por sinal está sob os cuidados de profissionais colegas seus, é médico; o Vice-Presidente, Jaison Barreto, é médico; o Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário, Henrique Santillo, é médico; o colega que está presidindo, neste momento, a Casa, este velho guerreiro político, é de profissão escultor, o nosso ilustre companheiro Almir Pinto.

Portanto, Sr. Presidente, encerro este registro com o meu mais profundo respeito, em homenagem ao Dia do Médico, na data de hoje. Muito obrigado. (Muito bem!)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JUTAHY MAGALHÃES NA SESSÃO DE 20-10-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:**

Na linha de nosso pronunciamento anterior, neste plenário, e no desejo de dar mais ampla divulgação às informações e dados colhidos na CPI que investiga as causas

da pobreza absoluta do Nordeste, faremos referência hoje aos depoimentos de duas personalidades: o Dr. José Osvaldo Pontes, Diretor-Geral do DNOCS e o Brigadeiro Hugo Piva, Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos.

Embora tratando-se de posturas diversas, visando a contornar os problemas da seca nordestina, os dois depoimentos refletem um obstáculo comum, a saber: a carência de fundos capazes de pôr em funcionamento os projetos idealizados num e noutro órgão.

Situemos, de maneira separada, cada uma das contribuições para o Nordeste.

O depoimento do Diretor-Geral do DNOCS partiu de um dado estatístico, mostrando a distribuição dos recursos ao órgão de luta contra a seca, durante os seus 73 anos de existência, isto é, de 1909 a 1982.

A constatação mais evidente era a de que, quando há secas, o volume de recursos destinados ao Nordeste cresce consideravelmente, enquanto que os mesmos se reduzem logo que o fenômeno desaparece.

Assim, desde a sua criação até os dias de hoje, foi dedicada ao DNOCS a soma de seiscentos e sessenta e oito (668) bilhões de cruzeiros, o que em dólares vem a ser um bilhão e duzentos milhões.

Isto significa, segundo o depoente, que em setenta e três anos de atividade do DNOCS, ele recebeu recursos equivalentes a menos de 10% do que foi, por exemplo, despendido em Itaipu.

Dá, o fato de se poder alegar que esta dificuldade em obter recursos públicos para o Nordeste, capazes de gerar uma ação eficaz para o desenvolvimento regional integrado e não meros paliativos emergenciais, é, sem dúvida, uma das causas mais responsáveis pelos bolsões de pobreza absoluta no semi-árido.

Outros dados do depoimento são também significativos.

O DNOCS tem procurado intensificar seus programas de utilização de água disponível e tem cerca de 1000 açudes e 18000 poços tubulares construídos, com capital público e privado.

Seu programa de irrigação pública, por falta de fundos disponíveis está praticamente estacionário, havendo, contudo, mais de 100 mil hectares de terras com projetos concluídos e mais de 118 mil hectares já desapropriados para fins de irrigação.

A política regional do DNOCS tem seus objetivos estratégicos divididos em quatro programas principais relativos a: recursos hídricos, irrigação, áreas secas, pesca e piscicultura.

Sugere o Diretor do órgão que só é possível reverter o fluxo migratório dos sertões e retirar o rurícola da pobreza absoluta se lhe for proporcionado acesso à terra e trabalho compensador. Mas, tendo em vista que a atividade agrícola é predominante, e insuficiente a oferta de água, é indispensável armanezar toda a água possível e otimizar a sua utilização. Tais metas só serão alcançadas mediante uma decisão política que assegure recursos em volume, presteza e continuidade para que a ação dos órgãos responsáveis possa ser eficaz.

É urgente que se inicie um adequado gerenciamento dos recursos hídricos do Nordeste, visando inicialmente o seu aproveitamento dominante para as atividades agropastoris.

No entender do Dr. José Osvaldo Pontes, o DNOCS, pela sua capacitação, experiência e potencialidade na área de sua jurisdição deve ser o órgão gerenciador dos recursos hídricos do semi-árido.

Porque bem geridos os recursos hídricos disponíveis, a intervenção na estrutura fundiária deveria fazer-se, principalmente, nos lugares onde a ação governamental tornou acessível a água.

O entrevistado relatou programas do órgão destinados a atender às demandas de água dos diversos setores da

iniciativa privada, como o PRO-HIDRO e o Projeto Sertanejo, que dispõem de financiamentos subsidiados para a construção de açudes e poços em propriedades particulares.

Acredita que deva ser restabelecido o Programa de Açudagem em cooperação, que trouxe resultados benéficos ao semi-árido, mediante o encaminhamento e acompanhamento técnico e parcial financiamento pelo DNOCS, de barragens em propriedades particulares, que incluía uma cláusula de obrigatório acesso das populações vitimadas pela seca à água represada dos açudes por elas construídos.

Deveria também, segundo o técnico, ser ampliado o programa relativo às áreas de montante para atender a rurícolas sem terras, dando-lhes acesso permanente à água.

Este programa deveria atingir todos os açudes públicos do Polígono das Secas, bem como estender-se às margens inexploradas de todos os cursos d'água perenizados pelo Governo Federal com sucessivas desapropriações e reloteamento de todas as glebas improdutivas.

Mas, diz o Dr. Pontes, nenhuma destas sugestões vingaria se não fossem asseguradas garantias suficientes de fluxo efetivo e permanentes dos recursos necessários a sua implementação e acompanhamento.

Discutiram os parlamentares com o depoente a respeito de se saber se é possível a irrigação pública ou a particular, havendo diversidade de pontos de vista, embora nos pareça evidente que uma não exclui a outra, havendo necessidade de contribuição de todos os fundos disponíveis para que o solo nordestino seja menos árido.

Demonstrou-se, porém, que a irrigação privada não tem produzido um aproveitamento racional de todas as áreas disponíveis e que este aproveitamento racional do recurso total, solo e água, é um problema de cunho social. Cabe, pois, predominantemente ao Estado zelar pela racionalidade, no sentido de maximizar a fixação do homem e de sua família no meio rural, maximizando, também ali a oferta de emprego.

Muitos parlamentares evidenciaram a necessidade de alteração de nossa legislação no sentido de exigir, para aprovação dos projetos de irrigação particulares, um mínimo de condições técnicas capazes de possibilitar o aproveitamento racional do recurso água. E é também por isso que o DNOCS reivindica para si, atualmente, o papel de gerenciamento dos recursos hídricos nordestinos.

Durante os debates, tivemos oportunidade de dizer ao Dr. Pontes que aquele CPI conhecia suficientemente o "discurso" da seca e que não queria permanecer nesta posição para sempre. Que a CPI desejava dele uma proposta prática ou uma sugestão de uso imediato, tendo em vista a sua experiência no assunto.

A esta indagação respondeu-nos o Diretor do DNOCS que a primeira coisa a ser feita era completar a infra-estrutura hídrica da região com a construção dos açudes já projetados. Em seguida deveria ser realizado o aproveitamento dessa água pela irrigação e que o órgão já tinha uma proposta sobre isso relativamente aos 12 (doze) principais vales do Nordeste.

Alegou, contudo, que todas estas propostas e projetos não têm tido condições de implementação, dada a carência de recursos financeiros. Seu órgão tem mais de 2000 (dois mil) projetos de açude, de pequena irrigação de aproveitamento de toda a área das propriedades, mas que estão aguardando financiamento por parte dos responsáveis pelo Projeto Sertanejo. Segundo ele, não há recursos disponíveis nas agências do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste ou dos bancos estaduais e, assim sendo, os projetos permanecem nas prateleiras do DNOCS.

Na verdade, o órgão que, no ano anterior, teve em seu orçamento 32 (trinta e dois) bilhões de cruzeiros, viu, em

1983, sua verba reduzida para vinte (20) milhões de cruzeiros apenas.

E no entanto, para bem desempenhar suas funções na programação dos recursos hídricos, e na construção de açudes, barragens, poços e irrigação necessitaria nada menos que 110 (cento e dez) bilhões de cruzeiros!

Se os cálculos atuais afirmam que cada hectare de terra irrigada, com toda a infra-estrutura social, custa ao Estado em média dois milhões de cruzeiros, é fácil imaginar que os referidos projetos ainda permanecerão em estoque por algum tempo, pois a época é de recessão em todos os sentidos.

É, infelizmente, também essa a situação em que se encontram os projetos imaginados no CTA, para produzir chuva mais abundante no Nordeste, de que nos deu notícia, também, na CPI do Nordeste, o Brigadeiro Hugo Piva.

Srs. Senadores, o depoimento do Brigadeiro Piva, sobre a possibilidade de alteração climática no Nordeste, contou com a adesão dos Parlamentares da Situação e da Oposição, e todos enfatizaram a necessidade de sensibilizar os órgãos financiadores do País para que apoiem a implementação dos projetos realizados no CTA de São José dos Campos, em função da região semi-árida.

Já tivemos oportunidade de comentar sobre estas pesquisas neste plenário e, no momento, queremos apenas insistir sobre a necessidade de recursos para que elas possam, talvez, beneficiar o nosso solo agricultável.

Segundo o Brigadeiro Piva, o Nordeste tem problemas de secas periódicas e, mesmo durante os invernos normais, sofre os efeitos dos veranicos, que dão sérios prejuízos à agricultura.

Além disso, tem irregularidades na distribuição das chuvas durante o ano e sofre falta de água.

Mesmo num ano de chuvas normais, no Nordeste, a água disponível dá para irrigar apenas 10% da área agricultável da região incluída no Polígono das Secas, isto é, 90 milhões de hectares de terras. De toda esta área, apenas 19 milhões de hectares são agricultáveis, e ela só tem água disponível para dois milhões de hectares.

Sendo assim, o problema é fazer mais água para a região, e um dos meios seria através da modificação artificial do tempo.

Essa modificação seria no sentido de aumentar a quantidade de chuva, numa possibilidade que, na verdade, não é ilimitada. O CTA admite que se possa aumentar em 25% as precipitações no Nordeste.

E como esta proporção não é suficiente, um outro projeto do CTA visa a produzir um aumento da quantidade de nuvens para conseguir mais água para o semi-árido.

Segundo o representante do CTA, embora sejam projetos cujos resultados não se comprovam matematicamente, em termos de benefícios, sua realização merece ser tentada, pois certamente produzirão retorno.

Contudo, antes desta tentativa muitas pesquisas ainda terão de ser feitas e a custos que, embora módicos, relativamente a certas obras que fizemos, não deixam de ser importantes dada a atual situação econômica do País.

**O Sr. Almir Pinto** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Com todo prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Almir Pinto** — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> é mais um Senador nordestino que faz uma pregação cívica, digamos assim, em favor do Nordeste, quando aborda exatamente o problema do CTA que, muitas vezes, tem sido falado neste plenário, ora pelo humilde apartante, ora pelo Senador Alberto Silva, ora pelo Senador João Lobo, ora pelo Senador Helvídio Nunes, e agora por V. Ex<sup>a</sup>, enfim, por quase todos os Senadores do Nordeste, e até agora parece que não sensibilizou o Ministério do Interior. Eu, de uma feita, falando aqui, achei que esse hor-

ror de dinheiro que está sendo empregado na emergência, se poderia tirar uma parcela para o CTA executar o MOCLIMA no Nordeste brasileiro. Por sinal, estou sabendo que apenas dois países têm condições de utilizar esses estudos do CTA; seria Israel e o Nordeste brasileiro, que teriam condições apropriadas para tal. Isso porque, tiradas na atmosfera partículas de carbono, e dando-se a queima, através de energia solar — a queima do calor oceânico, digamos assim — haveria a condensação, formar-se-iam nuvens, e estas nuvens seriam tangidas para o continente, através dos ventos alísios, que só existem no Nordeste brasileiro. Por conseguinte, essas nuvens, uma vez em cima do continente, se não caíssem por si, aí sim, seriam bombardeadas e dar-se-ia a nucleação artificial. Mas sobre isso eu já estou cansado demais, de tanto falar nesse CTA, de tanto pedir que o Governo apoie esse projeto de um órgão técnico como esse, tão competente, que é o Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos. E agora V. Ex<sup>a</sup> junta a sua voz à voz nordestina, que clama a favor deste projeto, para que dias melhores surjam para aquela área tão sofrida do nosso País.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Foi com grande satisfação que ouvi o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Almir Pinto, pois V. Ex<sup>a</sup>, realmente, por diversas vezes, abordou esse assunto, e outros companheiros nossos também o fizeram. E por mais interessante que possa parecer, hoje, antes de vir a esta tribuna, ouvi de companheiros nossos, do próprio Nordeste, que não deveríamos mais falar sobre o Nordeste, porque o assunto já estava árido demais. Mas eu não concordo com esse posicionamento. Sei que o assunto já está por demais discutido nesta Casa, sei que muitas vezes não adiantam as atitudes que tomamos; e ontem mesmo tive oportunidade de tomar uma delas, que sei que não terá nenhum resultado positivo; mas, na discussão do Orçamento, não aprovei a parte que se referia à SUDENE, e disse que, como nordestino, não poderia aceitar que só fossem alocados para aquela região os recursos que estavam previstos no Orçamento. Sei que isso não adianta de nada. E lamento quando vejo dados como este, pois não estou tirando dados nem de jornais, nem de conversas com técnicos, mas de depoimentos na CPI do Nordeste; na CPI onde nós ouvimos poucos, até agora, mas ouvimos o Dr. Camilo Calazans declarar que os recursos que saem para pagamento das frentes de trabalho são retirados de fundos que deveriam ser do próprio Banco do Nordeste. É o nordestino pagando ao nordestino. É o que nós vemos, pelo depoimento do Diretor do DNOCS, de que em 73 anos o DNOCS recebeu menos de 10% do que foi gasto em Itaipu. É o que nós vemos no depoimento do Brigadeiro Hugo Piva, de que no primeiro ano eles necessitariam apenas de uma verba de 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros, e os recursos não chegam até eles, para fazer esse trabalho de bombardear nuvens, criar nuvens, que poderiam modificar o clima e a região nordestina.

Será que é tanto dinheiro assim, aplicarmos 1 bilhão e 300 milhões, em um ano, para resolver, praticamente de vez, uma questão que nos atormenta há tanto tempo, para nós sairmos daquele estado de emergência contínuo em que nós vivemos lá? Em que as medidas de emergência são aplicadas lá para fazer o quê? Estas medidas de emergência nós queremos que sejam tornadas desnecessárias no Nordeste.

**O Sr. Hélio Gueiros** — Essas medidas serão bem-vindas!

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Nós queremos que elas terminem brevemente, levando àquela região os benefícios que ela necessita.

Às vezes, falamos para plenários vazios. Nós falamos para ouvidos moucos; não querem muitas vezes nos ouvir. Mas acho que nós temos obrigação de aqui, a cada

instante que pudermos, a cada instante que tivermos condições de falar no Senado, e cada dia está ficando mais difícil, porque eu era o segundo inscrito e só agora estou conseguindo falar, mas quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que aqui retornarei outras vezes para falar sobre o Nordeste.

**O Sr. Almir Pinto** — E faz muito bem!

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Como V. Ex<sup>a</sup> vem falando por muitas e muitas vezes, como quase todos nós temos falado, aqui.

**O Sr. Almir Pinto** — É verdade!

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — E vamos falar. Se um dia quiserem nos ouvir, daremos graças a Deus de termos dado um pouco da nossa ajuda para minorar a pobreza daqueles nordestinos.

**O Sr. Almir Pinto** — E se V. Ex<sup>a</sup> me permite, eu poderia esclarecer um fato interessante, que já denunciei a esta Casa, através de um aparte ao Senador Alberto Silva. Numa noite dessas, recebi um telefonema em minha residência, em que o cidadão me falava sobre o MOCLIMA e me advertia que esse projeto estaria sofrendo uma pressão muito grande — não me disse de onde — porque estava servindo como que uma exploração política. Mais ou menos nesse sentido pejorativo. Ora, então veja V. Ex<sup>a</sup> o Brigadeiro Piva, que é o Diretor do CTA e é o dirigente maior — pelo que sei daquele órgão da Aeronáutica, além do Dr. Paes Leme, do Dr. Girard, todas as pessoas com quem estivemos, quando da nossa visita ao CTA, e que nos deram uma segurança tal de que esse projeto MOCLIMA daria resultado principalmente para o Nordeste, eu não sei, então, a razão pela qual não se aloca recursos para que ele seja executado. Quando nada uma tentativa, já que se gasta tanto com outras coisas sem resultado positivo desejado? Então, seria mais uma tentativa em favor do Nordeste.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Veja V. Ex<sup>a</sup>, Senador Almir Pinto, mais uma vez agradecendo a intervenção que vem enriquecer o meu pronunciamento, de que todo governante tem que optar pela aplicação de seus recursos. Nenhum Estado, nenhum país tem condição de fazer tudo aquilo que julga necessário. Daí a necessidade da opção — e nós nordestinos tivemos o azar — porque foi feita a opção equivocada de socorrer com 30 bilhões de cruzeiros a Coroa na hora em que estava falindo, tentando salvá-la sem conseguir em vez de dar 1 bilhão e 300 para o CTA. Mas, quanto ao problema do CTA, nós deveríamos até nos penitenciarmos perante os técnicos daquele órgão, porque, veja V. Ex<sup>a</sup>, há alguns anos atrás, há 5 ou 6 anos atrás, eles disseram que nós teríamos uma seca de 7 anos no Nordeste. Recordo-me muito bem que eles foram até considerados subversivos...

**O Sr. Almir Pinto** — Eu fui tachado de cassandra nesta Casa.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — ...e que estariam divulgando aquela notícia simplesmente para criar um clima de agitação social na região, prevendo os períodos difíceis que nós iríamos atravessar. No entanto, eles estavam divulgando apenas um estudo técnico. Nós já estamos atravessando o quinto ano da seca.

**O Sr. Almir Pinto** — Eu não sei se V. Ex<sup>a</sup> que tem sido nosso companheiro desde 1979, tem na lembrança que depois da volta daquela Comissão que foi a São José dos Campos. Parece-me que 6 ou 8 Senadores, alguns deles não estão mais nesta Casa, como Mauro Benevides, Agenor Maria, Mendes Canale — quando de lá nós regressamos, eu e o Senador Alberto Silva, fomos encarregados de preparar o relatório sobre a visita ao CTA. E depois

de apresentado o relatório, tive oportunidade de comentar o que foi contado lá pelos técnicos e um colega nosso achou que eu estava com cara de Cassandra. E eu disse: Não posso ser Cassandra porque estou transmitindo aqui o que ouvi no CTA. Por conseguinte, Cassandra, nesse caso, será o CTA. Mas ainda irei propor uma reunião de todos os Senadores e Deputados do Nordeste para que façamos uma visita em comum ao Presidente da República e apelemos para que Sua Excelência dê a verba necessária ao CTA de São José dos Campos para movimentar os projetos MOCLIMA e MODARTI, que acreditamos, seja uma ressurreição para o semi-árido brasileiro.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** — Obrigado mais uma vez, nobre Senador Almir Pinto.

Mas, concluindo, Sr. Presidente.

Pelas previsões do CTA, há necessidade de, no mínimo, três anos de pesquisas preparatórias, que custariam, a preços de hoje, um bilhão e 300 milhões, no primeiro ano; um bilhão e 900 milhões, no segundo; e 3 bilhões e meio, no terceiro ano.

Isso para que se pudesse iniciar a tarefa de criação de nuvens ou aumento das nuvens existentes, que caracteriza o projeto denominado MOCLIMA.

Para o projeto MODARTI funcionar plena e satisfatoriamente, com vinte e uma aeronaves em onze bases bem montadas, sob a supervisão do Comando Aéreo, provocando chuvas artificiais, seria necessário que fossem colocados à disposição do CTA a soma de quarenta e quatro bilhões de cruzeiros.

Os números parecem significativos, quando pensamos no esforço de contenção de gastos que o Brasil tem de realizar para satisfazer seus credores internacionais.

Mas, em termos absolutos, não representam muita coisa e são, certamente, muito menos daquilo que, de maneira emergencial e um pouco desordenada, o Governo Federal tem investido em nossa região para sanar imprevistos e flagelos produzidos pela seca.

Se o que se quer para o Nordeste é uma política, que o tenha como prioridade nacional, de maneira séria, planejada e refletida, então chegou a vez de se dar o nosso crédito de confiança aos cientistas brasileiros que oferecem o seu esforço intelectual para possibilitar aos homens do sertão o acesso aos frutos valiosos de nossa civilização e de nosso desenvolvimento.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 23/10/83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:*

**O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há alguns dias, tive oportunidade de ocupar a tribuna do Senado Federal, quando abordei assunto relacionado com a dívida externa do País, demonstrando que não foi só Itaípu, Angra e outros grandes projetos brasileiros que entraram como gravames para a nossa dívida externa.

Demonstrei, de acordo com o que havia lido, e transmiti a esta Casa, que, com o aviltamento dos preços dos produtos exportados brasileiros, não recebiam os exportadores um preço justo, o que obrigava, por isto, os empresários e exportadores nacionais a bater às portas dos bancos internacionais, em busca de empréstimos em dólares, inclusive incentivados pelo Governo brasileiro, e depois esses empréstimos foram agravados com a máxidevalorização e com taxação de altos juros, resultando, em, conseqüência no aviltamento do preços dos nossos produtos, uma soma que corresponde à metade da dívida externa do País.

Hoje, Sr. Presidente, trago mais um assunto ao conhecimento da Casa, para comprovar o que na verdade vem

acontecendo em relação ao comércio brasileiro no setor exportação — enfocando o problema do álcool.

Por incrível que pareça, estamos “inocentemente” subsidiando o comércio japonês e o comércio ianque além de certa parcela do comércio europeu, já que vendemos o barril de álcool a 39 dólares, quando o produto nos custa 49 dólares o barril. Quer dizer, estamos subsidiando a economia japonesa, norte-americana e parte da economia da Europa Ocidental, que nos tem comprado pouco, devido à grande safra de vinho deste ano. Com os 400 milhões de barris de álcool que iremos exportar este ano — 300 milhões mais do que o ano passado — subsidiávamos aquelas praças compradoras com 25 milhões de dólares anuais.

Logo, poderão ver V. Ex<sup>ts</sup> a dificuldade com que lutamos para recompor a nossa economia. Temos o produto, fabricamos o álcool, e a previsão é aumentarmos essa produção cada vez mais, se bem há quem aconselhe o não aceleração da produção, porque deveríamos antes planejar as vendas para evitar o que ora vem ocorrendo: um produto vendido com 10 dólares de prejuízo!

**O Sr. Gabriel Hermes** — Permite V. Ex<sup>ts</sup> um aparte?

**O SR. ALMIR PINTO** — Com muito prazer.

**O Sr. Gabriel Hermes** — Permita-me interrompê-lo. Veja V. Ex<sup>ts</sup>, nobre Senador Almir Pinto, como as coisas estão ficando difíceis para o Brasil. Estamos exportando álcool, e V. Ex<sup>ts</sup> mostra os inconvenientes, ou, pelo menos, os prejuízos que tal exportação nos está ocasionando. O pior é o que os jornais de hoje dizem, e já há muito tempo temos conhecimento: exportamos tanta carne que nos está faltando carne. Já pensamos até em importá-la, para obtermos o equilíbrio.

**O SR. ALMIR PINTO** — Já exportamos tanto milho que nós está faltando agora.

**O Sr. Gabriel Hermes** — Exportamos milho a 1 mil cruzeiros, para comprá-lo a 10 mil cruzeiros. Exportamos soja, não temos óleo-de-soja. Apenas para ilustrar o discurso oportuno de V. Ex<sup>ts</sup> É preciso mesmo que os responsáveis meditem.

**O SR. ALMIR PINTO** — Agradeço a V. Ex<sup>ts</sup> o aparte, que vem exatamente enriquecer este modesto discurso, esta modesta fala que ora faço no Senado, para demonstrar, de fato, as dificuldades por que estamos passando.

O pessoal exportador acha até bom esse preço de 39 dólares, perdendo 10 dólares em barril, porque — diz ele que irá receber 11% do Imposto de Produção Industrial — o IPI sobre o montante da exportação, que oferece uma grande vantagem: a venda do produto é feita à vista. Recebem os vendedores, o dólar no próprio instante da entrega do produto, enquanto que no mercado interno eles recebem 1/12 avos mensalmente, desde que o comércio seja feito dentro do próprio País. Isso está muito bem explicado.

A própria SOPRAL, que é a Sociedade dos Produtores do Álcool Açúcar explica perfeitamente isto. Apenas acho que o planejamento da produção, de que já falei, está sendo mal feito porque vêm sendo acumulados excedentes nos últimos anos. Essa produção alta do álcool está resultando num acúmulo de produtos. Disse o Presidente da SOPRAL, Sr. Sérgio Nogueira, que:

“... em 1982, além do estoque de transição (para garantir o abastecimento no período de entressafra) de 700 milhões de litros, houve um excedente de 500 milhões de litros. Na atual safra, ele acredita que outros 500 milhões de litros sobrarão no mercado e estima que a 31 de maio do próximo ano haja um excedente total entre 1 bilhão 500 milhões e 1 bilhão 800 milhões de litros.”

Essa é a previsão até 31 de maio.

Nesse artigo, que tenho em mãos, há também a opinião do Senhor Vice-Presidente da República Aureliano Chaves, Presidente do Conselho Nacional de Energia, onde Sua Excelência descarta...

“...a possibilidade de uma substituição, imediata, do diesel pelo álcool. Reconheceu, porém, que tecnicamente a substituição é viável.”

Isso nós sabemos porque há poucos dias realizou-se, na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados um Seminário, onde estiveram presentes o Sr. Ministro César Cals, das Minas e Energia; o Senhor Vice-Presidente da República, como Presidente do Conselho Nacional de Energia, Dr. Aureliano Chaves e o Ministro Camilo Penna, da Indústria e do Comércio. Tenho em mãos, também, as anotações sobre a opinião do Sr. Vice-Presidente da República quanto à questão da substituição do álcool pelo diesel. S. Ex<sup>ts</sup> acha a substituição economicamente viável, no entanto, a economicidade virá em tempo relativamente curto:

Explicou S. Ex<sup>ts</sup> que a conjugação de duas estratégias: diversificação das fontes de suprimento de petróleo, adquirindo-se petróleo mais pesado, que produz mais diesel, e adaptando-se às refinarias para que uma maior parcela de diesel seja extraída do petróleo, oferecem a suficiente oferta de diesel para que um programa de substituição desse combustível por um combustível nacional renovável seja implementado.

O Ministro Camilo Penna falou na Comissão sobre a questão dos tipos de petróleo a serem importados. S. Ex<sup>ts</sup> acha que:

...como o álcool está substituindo 35 por cento da gasolina consumida no país, a PETROBRÁS pode mudar o tipo de óleo que importa, deixando de importar petróleos mais leves, que produzem mais gasolina, por tipos mais pesados, que produzem uma maior parcela de diesel. Lembrou, ainda, que esse petróleo mais pesado é mais barato que o petróleo mais leve, gerando aí uma economia de divisas.

O Sr. Ministro está, de certa maneira, acorde com o pensamento dos demais conferencistas, inclusive, com o do Senhor Vice-Presidente da República, segundo o qual não se deve apressar muito a produção do álcool; deve-se olhar a economicidade que o álcool poderá proporcionar, retardando-se, porém, um pouco o programa de aceleração da produção sem previsão de mercado externo. Em relação a importação do petróleo deve ser feita de modo a que se importe mais petróleo do tipo pesado, do qual extraímos o óleo diesel, em detrimento do petróleo tipo leve, do qual extraímos a gasolina, o que proporcionaria uma economia de divisas ao País.

Hoje, Sr. Presidente, vejo na imprensa de Brasília uma coisa muito interessante: já se fala que a produção de petróleo dobrará. O Sr. Roberto Pentead, da editoria de economia, diz: quando o Brasil atingir, daqui há dez anos, a auto-suficiência de petróleo, de acordo com os planos do Ministro das Minas e Energia, anunciada esta semana pelo Sr. César Cals, o País terá uma reserva recuperável equivalente a 60% do Iraque, considerado um dos grandes da OPEP, dobrando a produção de 500 mil em 1984 e 1985, para um milhão de barris diários em 1993. Neste ano o nosso País estará suficientemente autônomo, digamos assim, no que diz respeito a produção do óleo negro! Não mais o importaremos em 1995. Chegamos a importar um milhão de barris de petróleo por dia, até 3 anos atrás. Em 1985, graças às perfurações e prospecções que têm sido feitas no País, e que vêm dia a dia aumentando, diminuiremos a nossa dependência. Já estão novos campos petrolíferos no Pará, em Campos,

no Rio de Janeiro, no Ceará, no Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas e Santos. Há grandes esperanças na produção do gás. O Juruá e nos poços do Pará. Já se fala, inclusive, na construção de um grande gasoduto entre Juruá e São Paulo, com 5 mil quilômetros de extensão, que daria uma grande despesa à Nação, mas que dentro de 5 anos, pela tonelagem de gás encontrado, daria, suficientemente, para ressarcir toda a despesa que se fará em cruzeiros é preciso que se diga. O gasoduto do Juruá, passando pelo Pará, também poderá ser canalizado para o Nordeste, e não só para o Sul, assim, todo esse gás, em futuro próximo, poderá ser usado pelo País. São essas, Sr. Presidente, as grandes esperanças de todos nós brasileiros.

Vemos que há um trabalho patriótico, um trabalho correto do Governo no sentido de procurar os meios para que a Nação possa se enriquecer e pagar as suas dívidas. Ainda anteontem, eu lia, e não sei se os Srs. Senadores terão lido na imprensa brasileira, a notícia que eu achei auspiciosa e poderá acontecer pois o Brasil tem dessas surpresas muito agradáveis. É de que em Serra Pelada — quem sabe se o nobre Senador Hélio Gueiros tem alguma notícia de lá do Pará — foi encontrada uma pepita de tonelada e meia, mil e quinhentos quilos, integrando — de certo o chamado lençol dourado. Não sei se V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Hélio Gueiros, chegou a ler essa notícia, de que teria sido encontrada nesse lençol dourado, assim chamado lá em Serra Pelada, uma pepita, aliás, eu acho que não é nem uma pepita, é um "pepitão", de 1.500 quilos, o que equivale a uma tonelada e meia, no valor aproximado de 24 bilhões de cruzeiros; 24 bilhões de cruzeiros, só em uma pepita, hoje o dólar a 800 cruzeiros, dá 24 milhões de dólares. Já é alguma coisa, porque quem sabe se depois dessa pepita tão grande não haverá outras iguais ou menores que, somadas, darão um grande lucro? De qualquer forma, é uma boa ajuda ao País que, de certo, não ficará só com aquela pepita. Se já descobriram o lençol dourado, esse lençol deve estar cobrindo uma grande faixa de Serra Pelada e a esperança nossa é que esse lençol não tenha um fim tão curto, pelo contrário, ele se alongue o mais possível, para que o Brasil possa usufruir maiores vantagens, uma maior margem de lucro e toda aquela riqueza que o Pará está a nos oferecer.

**O Sr. Helvídio Nunes** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALMIR PINTO** — Terei o maior prazer, Senador Helvídio Nunes.

**O Sr. Helvídio Nunes** — Nobre Senador Almir Pinto, a preocupação geral, com respeito ao pagamento da dívida externa, é muito grande, e não poderia deixar de ser. Felizmente, vez por outra, surgem soluções para resolver o problema; a maior pepita do mundo. Se encontramos várias dessas pepitas com 1.500 quilos cada uma, não tenhamos dúvidas de que pagaremos ligeiro a nossa dívida externa. Quero dar a informação de uma outra solução, que ouvi, ontem, através da Rádio Bandeirantes que noticiando um discurso feito por um dos mais eminentes Senadores desta Casa, dando conta de que feitas as avaliações necessárias — mas não informaram como as avaliações foram feitas — desde que sejam multiplicados determinados coeficientes, tendo em vista a produção de Serra Pelada, temos capacidade de pagar, dentro de dois anos, no máximo, cerca de 100 milhões de dólares. Como vê V. Ex<sup>a</sup>, há solução para tudo e as grandes soluções não precisam ser buscadas lá fora, não, elas estão aqui dentro desta Casa.

**O SR. ALMIR PINTO** — E nascem de surpresa. Há poucos dias, ouvi uma crítica a nós, políticos, tanto do Governo como da Oposição, de que criticamos a política econômica do Governo mas não dizemos como combater as suas deficiências. Então, temos agora, para o combate a essas deficiências, o ouro de Serra Pelada. Aliás, o Brasil tem umas coisas interessantes: seus grandes problemas se resolvem pelo acaso.

**O Sr. Helvídio Nunes** — Infelizmente, a Rádio Bandeirantes não disse o nome do Senador, mas afirmou que essa solução foi proposta pelo Plenário.

**O Sr. Gastão Müller** — Foi o Senador Alberto Silva.

**O SR. ALMIR PINTO** — Aliás, o Senador Alberto Silva tem repetido essa solução aqui dentro do plenário. Ele acha que, na verdade, Serra Pelada e outras regiões produtoras de ouro, como Mato Grosso, Goiás, poderão, quem sabe, ser uma das principais fontes de riquezas do País para saldar a grande dívida externa de que somos possuidores.

**O Sr. Hélio Gueiros** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALMIR PINTO** — Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Hélio Gueiros** — Nobre Senador Almir Pinto, já que V. Ex<sup>a</sup> me convocou para dar o testemunho...

**O SR. ALMIR PINTO** — Exato, porque diz respeito ao Estado de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Hélio Gueiros** — Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o que eu sei é o que o jornal disse, como também, à boca pequena, eu já tinha ouvido falar da existência dessa pepita de mil e quinhentos quilos. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, para nós, no Pará, é muito difícil dizer o que realmente acontece e se produz em Serra Pelada porque ninguém tem acesso àquela área Senador, nem mesmo o Deputado...

**O SR. ALMIR PINTO** — O acesso é 0,5% de uma faixa enorme de terra.

**O Sr. Hélio Gueiros** — O acesso lá é limitado somente a quem a DOCEGEO, antigamente era o Conselho de Segurança Nacional, agora é o Departamento Nacional de Produção Mineral, permite, já disse aqui e volto a repetir. A Assembléia Legislativa do meu Estado quis fazer uma verificação, in loco, da situação de Serra Pelada e dois dos seus representantes, um do PDS e outro do PMDB, foram barrados à porta do garimpo, não tiveram acesso a ele. De modo que, para nós, é muito difícil saber o que se produz em Serra Pelada. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o paraense nunca viu uma pepita, pepita essa que passeia por todo o Brasil, vai a Imperatriz, vai ao Palácio do Planalto, vai a toda parte, mas ao povo de Belém, pelo menos, nunca foi dada a consideração, a glória, de ver com os próprios olhos uma pepita tirada em Serra Pelada. Quero dizer, ainda, a V. Ex<sup>a</sup> que isso tudo parece confirmar as acusações do Deputado Sebastião Curió, que tem denunciado que o que acontece em Serra Pelada é que agora se chegou, para usar o termo vulgar, ao filé da jazida e como essa parte é mais cômoda, mais garantida, os concessionários iniciais agora querem explorar a mina. A DOCEGEO, durante oito, nove, dez anos, tinha autorização para pesquisa e lavra de ferro, em Serra Pelada. Somente a partir deste meio do ano, é que ela se habilitou, junto ao Ministério das Minas e Energia, para também pesquisar o ouro, e como essa autorização lhe foi dada, agora ela está perseguindo o direito de realmente ir explorar Serra Pelada. Quero, ainda, acrescentar a V. Ex<sup>a</sup> que o Brasil passou a competir, em termos ainda muito longínquos, com a África do Sul, em produção de ouro, por causa de Serra Pelada e dos garimpos do Tapajós. Agora vêm esses tecnocratas a dizer que o negócio é a mecanização da pesquisa. Pelo que sei de jazida de ouro mecanizada aqui no Brasil, só existe em Ouro Velho, que é uma pilhéria em comparação com Serra Pelada e os garimpos de Tapajós. O fato é que a produção de ouro no Brasil se elevou graças a garimpos no Estado do Pará, a qual hoje detém 85% da produção nacional de ouro. Eu aproveito, então, este aparte ao discurso oportuno de V. Ex<sup>a</sup> para, mais uma vez, apelar ao Senhor Presidente da República a fim de

que dê uma solução razoável, patriótica e humana ao problema dos garimpeiros. Cinco anos talvez sendo um período muito longo para a manutenção da exploração através de garimpo manual, se o Governo vetar a lei, que pelo menos dê mais um ano ou dois de garantia de garimpagem a esses homens que estão fncados lá em Serra Pelada. Era o aparte que desejava dar a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ALMIR PINTO** — V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Quando V. Ex<sup>a</sup> falou na garimpagem de Serra Pelada, a última ação que nós presenciemos aqui no Congresso, foi a dos garimpeiros todos lutando pelos 5 anos de prorrogação. Eu estava à parte e ouvi uma conversa entre dois garimpeiros — até bem "parecidos" com aquela bolsinha a tiracolo! Um deles disse: olha, eu estou nos costados de uma de 50 centímetros. Eu fiquei matutando sobre o que se referia o nosso visitante... e aí está, era exatamente a tal pepita!... Quer dizer...

**O Sr. João Lobo** — Mas está confirmado, Senador Almir Pinto?

**O SR. ALMIR PINTO** — Até agora não apareceu nenhum desmentido. E quando é coisa boa, nós não devemos duvidar, devemos é ser otimistas.

**O SR. ALMIR PINTO** — Até agora não apareceu nenhum desmentido. E quando é coisa boa, não devemos duvidar; devemos ser otimista. Peçamos a Deus que essa pepita, na verdade, como outras tantas, sirva para melhoria da situação econômica da nossa Pátria.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HENRIQUE SANTILLO NA SESSÃO DE 24-10-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. HENRIQUE SANTILLO** (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Há alguns dias, Sr. Presidente, tenho tido a intenção de assomar à tribuna, para solicitar a transcrição nos Anais do Senado Federal, de um relatório elaborado por um grupo de trabalho misto, norte-americano e brasileiro, a respeito de questões econômicas envolvendo o Brasil e os EEUU. Como se sabe, após a visita do Presidente dos Estados Unidos ao Brasil, em dezembro de 1982, foram formados grupos de trabalho mistos, de norte-americanos e brasileiros, para o estudo de questões militares, da questão nuclear, de economia e finanças e de ciência e tecnologia.

O grupo especial para estudar as questões econômicas e financeiras e de ciência e tecnologia, concluiu seu trabalho através de um relatório bastante circunstanciado, publicado, na sua íntegra, pela revista *Senhor* na edição de 19 do corrente.

Na verdade, quase todas as conclusões desse grupo de trabalho, Sr. Presidente e Srs. Senadores colocam em xeque a célebre afirmativa, realizada há bastante tempo por um de nossos Ministros, mais precisamente o ex-Chanceler Juracy Magalhães, de que tudo que era bom para os Estados Unidos também era bom para o Brasil. Porque as conclusões e recomendações desse grupo de trabalho especial para economia e finanças, na verdade, pregam a necessidade de uma internacionalização maior da economia brasileira, ou seja, pregam a necessidade de se intensificar a política do entreguismo.

Pedirei ao Presidente desta Casa, sem entrar em maiores considerações, a transcrição deste documento nos Anais do Senado Federal, para que fique como testemunho da intenção pouco recomendável dos Governos dos países capitalistas, altamente desenvolvidos, nessa época de crise. Na verdade, a todo custo procuram aproveitar-se da situação de crise, da situação de endividamento insolúvel dos países do terceiro mundo, para,

pressionando-os, abrir novos espaços para as investidas de suas grandes empresas internacionais em suas economias subdesenvolvidas.

Mas, a par disso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, preocupa-nos, também, neste momento, a necessidade de o Congresso Nacional apesar das emergências, apesar do Decreto-lei nº 2.064, de o Congresso Nacional assumir o papel que a sociedade brasileira está dele a exigir, que é o de tomar iniciativa na proposta de alternativas para a solução dos problemas brasileiros.

Estou entre aqueles que ainda acreditam, Sr. Presidente, na enorme possibilidade de atuação da classe política, com assento aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Entendo que a classe política pode e deve continuar tentando, a todo custo, a busca de um caminho político negociado pra a crise brasileira. Negociado nos mais altos termos, envolvendo todos os setores, todos os segmentos da sociedade brasileira.

Todos nós sabemos, perfeitamente, que o decreto editado pelo Governo logo após a rejeição do 2.045, já pronto há bastante tempo, porque muito detalhado, é pior do que o anterior para a classe assalariada brasileira, sobretudo para determinados segmentos da classe assalariada brasileira. É uma decretação de morte, de genocídio para a classe média brasileira, sem sombra de dúvida, sobretudo a classe média assalariada. Mas também é bom que se frise, é bom que se deixe registrado que depauperar, também, os trabalhadores de salário mínimo. Não nos esqueçamos que o Índice Nacional de Preço ao Consumidor continua sendo expurgado, e os expurgos realizados há alguns meses não serão revistos, não serão reavaliados, provocando consequências ao longo do tempo, sobretudo no que diz respeito à política salarial definida por este Decreto-lei nº 2.064, irmão gêmeo, por assim dizer, das medidas de emergências. Nós vamos verificar que mesmo os trabalhadores que recebem até três salários mínimos, aparentemente privilegiados com a manutenção dos 100% do INPC no reajuste de seus salários, não o foram de todo, porque terão nos primeiros 12 meses de vigência desse decreto, uma redução do valor real de seu salário de 11,2%; os assalariados de três a cinco mínimos, terão uma redução de 12,8%, na sua renda; os assalariados de cinco a dez mínimos, terão 17% de perda do valor real dos seus salários; os assalariados de dez a vinte mínimos terão cerca de 26% de perda; e os assalariados com mais de 20 mínimos terão, em média, uma defasagem, uma perda do valor real dos seus salários de 40,54%. Isto em apenas 12 meses de vigência desse decreto-lei.

É claro que ele não pode ter vindo para ficar, é evidente que ele não pode ter vindo para valer. Isso vai significar, segundo todos aqueles que têm vindo à Imprensa para se dirigir à Nação, de todos os setores, dos empresários aos trabalhadores, mais recessão, mais desemprego, e não vai combater a inflação coisa alguma. Portanto, ele não veio para ficar; não se pode crer que ele tenha vindo para ficar. E em cima dele é preciso que o Congresso Nacional, discuta, ainda que o Congresso o repudie, e repudie com veemência; ainda que o Congresso Nacional condene os resquícios do autoritarismo que ainda persistem; ainda que ele condene, com a mais veemente repulsa, o instituto espúrio do decreto-lei, ainda assim é preciso que nós, políticos, negociemos em cima desses termos, para melhorá-lo, para apresentar alternativas válidas à Nação brasileira.

É preciso que o Congresso Nacional, através dos partidos políticos, ouvindo os trabalhadores, ouvindo os empresários, ouvindo todos os segmentos da sociedade brasileira, possa vir, nos próximos dias, apresentar à Nação uma alternativa que signifique evitar que o País mergulhe definitivamente no caos, que o País continue rumo à bancarrota, que o País continue submerso sob as exigências estapafúrdias do Fundo Monetário Internacional.

Ninguém duvida de que estamos ao lado de um grande doente, embora o próprio paciente não se dê conta disso. Na maioria das vezes, os sinais indicadores dessa grave doença são, hoje, bastante claros e eloquentes. Aí estão os saques repetidos a supermercados, a invasão e ocupação dos logradouros públicos, por multidões de camelôs, ou por milhares de desempregados, desesperados e com fome — aí está o momento rápido da criminalidade, não apenas nos grandes centros, mas também no interior brasileiro, nas principais estradas do País, por exemplo, até nos grandes portos, como Santos. Os salários caem; o desemprego aumenta; a produção se reduz e perigosamente começam a faltar recursos essenciais à manutenção da vida neste País e ao funcionamento regular das instituições. Ampliam-se as atividades econômicas clandestinas. Proliferam as atividades paralelas, como o contrabando, o câmbio negro, o caixa-2, a agiotagem, a corrupção. Há duas pressões perigosamente buscando convergência, aproximando-se da colisão e da ruptura dos liames sociais. A pressão de baixo resulta dos pesados efeitos da crise econômica financeira sobre a vida do povo, a carestia insuportável. Nos últimos doze meses tivemos aumento dos alimentos superior a duzentos por cento no País e chegou a trezentos por cento na Capital da República. Os salários cada vez mais baixos ou inexistentes pelo desemprego ou pelo subemprego de quase quinze milhões de brasileiros, ou seja, quase 1/3 de nossa população economicamente ativa. A pressão de cima, ainda muito mais perversa, origina-se do desgoverno, da falta de credibilidade do Presidente e de seus Ministros, da crescente falta de confiança do povo nos seus governantes, da descrença da sociedade nas instituições do País, e naqueles, cuja missão seria resguardá-las. Os saques, a desordem, a corrupção e o assustador aumento da criminalidade são consequência dessa perigosa convergência, dessas duas pressões sociais. São eloquentes indícios de que parcelas crescentes da população estão perdendo o respeito pela autoridade pública, e já não acreditam na capacidade do Governo de conduzir, ordeiramente, os acontecimentos e de agir com o mínimo de eficácia e competência pelo bem público. Além da doença, além da enfermidade, da auto-suficiência que contamina esse Governo, há uma outra que eu considero mais grave: é a burrice, a destemperada burrice dos que estão tentando conduzir este País. E não haverá, Sr. Presidente, estado de emergência, medidas de emergência capazes de conter essa onda perigosa se não for encontrado com urgência o caminho da legitimidade do Governo que restaure a credibilidade das instituições públicas neste País. O descrédito dessas instituições tem sido medido por abalizadas pesquisas de opinião pública, nas principais capitais do País e sobretudo conduzidas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, por exemplo. Os Ministros da área econômica estão recebendo notas pouco superiores a zero; o prestígio do Presidente da República está em rápido declínio, o mesmo acontecendo com os governadores dos principais Estados. Agora mede-se a credibilidade do próprio Congresso Nacional — Senado e Câmara — e do Judiciário, ambos reprovados: o primeiro com 3,9 e o segundo com 3,2 de nota, sinal de que é preciso repensar muita coisa, sinal de alerta que estaria a nos avisar, a queimar nossas mentes de parlamentares, de detentores de mandatos eletivos com assento no Senado e na Câmara. É preciso que o Congresso Nacional continue, e continue com mais afinco, mais aceleradamente a sua trajetória de busca de autonomia, de independência. Ele não poderá se dobrar, ele não buscará o confronto desnecessário, mas não se dobrará! Deverá continuar de cabeça erguida procurando autonomia, e ele mesmo tentando construir uma alternativa política. Nós precisamos ter competência nessa hora, para buscarmos nós mesmos, uma alternativa política para a crise brasileira.

Tenho uma proposta feita a esta Casa, já há alguns dias, visando a Constituição de uma Comissão Mista, para examinar, em nome do Congresso Nacional, a crise

brasileira e propor alternativas, uma comissão que deveria ser constituída por representantes de todos os Partidos políticos com assento no Senado e na Câmara dos Deputados. Eu gostaria de apelar mais uma vez ao Partido do governo, ao PDS com assento no Senado — maioria esmagadora no Senado — que aprovasse essa proposição e que apresentasse uma proposta à Câmara dos Deputados, como o Regimento prevê. Essa proposta não tem nada de anti-regimental — o Regimento Comum prevê isso, o Regimento da Câmara prevê isso também. Aprovada aqui pelo Plenário, a Comissão Diretora do Senado proporia o mesmo à comissão Diretora da Câmara que tomaria a iniciativa de aprovar ou não a proposta adotada pelo Senado. Se aprovada por ambas as Casas teríamos a constituição de uma comissão mista de 11 Senadores e 11 Deputados, com representação proporcional dos Partidos, no Senado e na Câmara, para estudar, com urgência, os problemas deste País e propor soluções, propor alternativas políticas! Só assim teríamos condições de melhorar a nossa nota. Estamos reprovados pelo povo e eu acredito nessa pesquisa. Não poucas vezes já tentei, desta tribuna, alertar os meus pares no sentido de que é preciso fazer mais. Se estamos fazendo algo, é preciso fazer mais, porque há um descrédito das instituições públicas, hoje, neste País, diante da opinião brasileira. Há uma falta de credibilidade nas nossas instituições, incluindo o Congresso Nacional. Algo ocorreu para isso; causas existem. Claro que são muitas as causas, são variados os motivos. Mas uma delas, sem sombra de dúvida, foi a omissão desta Instituição, em relação aos graves problemas brasileiros, a omissão, inclusive, do Partido que deteve maioria durante todos estes anos, nesta e na outra Casa; a omissão, também, em parte, da própria Oposição, por que não dizer? Por que não assumir isso, também?

O certo é que chegou o momento de o Congresso Nacional assumir o seu papel, assumir a sua função de instituição política, de instituição representativa da sociedade brasileira, instituição verdadeiramente nacional para, em nome da Nação, procurar, imediatamente, uma saída. Este País está em queda livre! Será possível que a "ilha da fantasia", representada pelo Plano Piloto, está entorpecendo a todos nós? Não creio! Acordemos. Fustiguemos esse Governo! Que ele acorde, que ele deixe de ser auto-suficiente. Duas doenças graves para qualquer governo, e venha admitir que é preciso negociar uma solução. O próprio Fundo Monetário Internacional está dizendo hoje pelos jornais brasileiros, seus representantes estão dizendo hoje, pela imprensa brasileira, que o Fundo não aceita a forma como o Governo vem encaminhando a questão. Se o Fundo não aceita medidas excepcionais isso reduz ainda mais a credibilidade do Brasil e do governo brasileiro perante os países onde estão os nossos credores. Quem é que não sabe que a credibilidade desse governo, não apenas interna, mas também externa, está sendo levada a zero?

Hoje, a imprensa do mundo inteiro, repetida pela imprensa nacional, pela imprensa do País, diz que a credibilidade de nossas autoridades econômicas chegou a zero. Por quê? Porque não adianta mentir. Por que mentiram? Por que descaradamente e repetidamente mentiram? E em pouco tempo foram desmascaradas, porque foram obrigadas a propor uma terceira carta de intenções ao FMI, e serão obrigados a assinar uma quarta carta de intenções, porque a terceira também está eivada de falsidades. Ela não demora muito, há de ser necessário que o Brasil assine uma quarta carta de intenções.

Ora, é claro que só o Congresso Nacional, reinvestindo-se na sua condição de instituição nacional representativa, poderá romper com esse círculo de ferro, com essa barreira refratária, fazendo com que voltem a se abraçar Estado e Nação, para que nós possamos romper a crise e assim superá-la. Eu me encho de indignação, a cada dia. Não posso concordar, Sr. Presidente, com a burrice deste Governo; espanta-me a burrice deste Go-

verno. A opinião pública nacional, hoje, volta-se para uma evidência que é clara, que é meridiana: é a necessidade de uma negociação política que salve o País. E só este Governo, acometido da doença grave da burrice, ainda não compreendeu isso.

Claro que o Decreto-lei nº 2.064 não será aprovado pelo Congresso Nacional, tanto quanto não o foi o 2.045. Ele é pior do que o nº 2.045. São os próprios Líderes do PDS a dizerem hoje pela imprensa que não representa nada do que foi combinado com eles, não representa nada do que o "Grupo do 11" propôs ao próprio Governo. Eles também foram ludibriados, eles também foram enganados.

O Decreto-lei nº 2.064 também não será aprovado pelo Congresso Nacional. E nem poderia ser. O Congresso tem que manter a sua posição firme, mantendo-se aberto a um processo de negociação que leve à superação da crise brasileira. E aí incluindo, claro, como um dos fulcros, a questão salarial.

E a Oposição, Sr. Presidente, os partidos oposicionistas encontram-se verdadeiramente nesta posição: a de buscar uma saída política urgente para o País. Estamos esperando que o PDS, através de suas estruturas, através de sua direção, também adote um posicionamento como este. Que isso não seja apenas através de grupos dissidentes, que considero importante para a abertura política neste País, mas que se faça, também, através da direção do Partido, da estrutura própria desse Partido, para que possamos, levando em conta a própria proposta do Governo, não importa qual seja, apresentar uma alternativa válida, aceitável, pelos empresários, pelos trabalhadores, pela classe média, pelos trabalhadores de salário mínimo, pelo povo brasileiro, enfim.

Há de existir, é claro, uma proposta política como essa, que venha a representar sacrifício de muita gente, sacrifício de vários segmentos sociais, mas, sobretudo, venha a representar sacrifícios maiores daqueles que se locupletaram nababescamente, durante os últimos vinte anos, com o sistema que af se encontra. Não há de ser levando a classe média ao pelourinho, ao sacrifício, ao matadouro, que haveremos de encontrar uma solução para o Brasil.

Não podemos aceitar, da forma como está sendo colocada, a solução proposta pelo Governo. Nós podemos negociar em cima disso aí, podemos discutir, podemos dialogar, e com urgência. Não queremos ludibrios, não queremos engodos. Já estamos fartos de ludibrios e engodos. Que haja sinceridade, que haja abertura, que haja cartas postas na mesa, e para isso é preciso que esse Governo aplique de suas doenças maiores, que são a auto-suficiência e a burrice. Hoje eu já nem falo mais em prepotência, eu falo em burrice. Prepotência, hoje, com a realidade que estamos vivendo, é um indício farto de burrice.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço V. Exª com imenso prazer, Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante — O meu aparte vem atrasado, porque quero me referir à alusão de V. Exª às notícias constantes dos jornais de hoje, sobre a falta de credibilidade na política econômica oficial. Falta de credibilidade perante os nossos credores externos e perante nós mesmos brasileiros. Mas, todos que dizem isso hoje, o estão dizendo com muito atraso. Porque, original mesmo, foi o Ministro Camilo Penna, que, ainda a 12 de fevereiro de 1981, surpreendeu empresários, na Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro, ao declarar que "a política econômica oficial perdeu a confiabilidade". Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Eu agradeço a V. Exª

Tomara o Ministro Camilo Penna, que declarou isso há tanto tempo, tivesse realmente consciência do que

afirmou, porque S.Exª disse, se desdisse e se contradisse ao longo do tempo. Infelizmente, sou obrigado a dizer isto. Sobretudo, S.Exª, agora, fez uma declaração que me pareceu totalmente tendente a violentar os interesses nacionais. S.Exª é um dos que andam por aí pregando a necessidade de o Brasil, por exemplo, abrir mão da reserva de mercado para os micro e minicomputadores, para que os nossos credores norte-americanos e alemães possam nos conceder alguns favores, o que considero um absurdo. É uma afirmação estapafúrdia. Esse é um dos pontos que temos de defender neste Congresso Nacional. As forças tendentes a prejudicar os interesses do País estão se organizando para, por exemplo, romper com essa reserva. Aqui, é bom que se diga, a última palavra do Senhor Presidente da República foi uma palavra feliz, foi a da manutenção dessa conquista brasileira. Mas, é bom que este Congresso se prepare mais ainda para defendê-la. É muito bom. Um dos pontos tratados nesse relatório do grupo de trabalho misto norte-americano e brasileiro, foi este. E uma das recomendações foi esta: abrir com a reserva de mercado para a Informática no Brasil. E outros pontos, como por exemplo, o aumento da remessa de lucros, maior aquisição de "pacotes" tecnológicos, maiores pagamentos de *Royalties*, etc. Enfim, querem, realmente, aproveitar-se da situação terrível em que nos encontramos, de alta vulnerabilidade, pela implementação de uma política econômica nefasta, para conseguirem aqui dentro maiores espaços para uma internacionalização maior da nossa economia.

Não podemos permitir. O Congresso tem de estar aceso e vivo na defesa dos interesses nacionais. É claro que estaremos aqui, ao mesmo tempo sabendo, tendo o conhecimento, tendo consciência de que é preciso, quantas vezes, transigir no momento oportuno, no momento certo, para buscar soluções que sejam verdadeiramente ao lado dos interesses nacionais. Ninguém faz política num país, como o nosso, na situação em que nós nos encontramos, radicalizando o processo. Quem estiver radicalizando, seja de um lado, seja de outro, estará prejudicando os interesses nacionais. É preciso ter consciência de que é necessário, é indispensável a busca de alguns objetivos comuns a toda nacionalidade brasileira para se superar essa grave crise. Esta é a posição dos partidos oposicionistas por suas esmagadoras maiorias.

É bom, penso eu, que o PDS, não através apenas dos seus parlamentares, dos seus bons e grandes parlamentares dissidentes, mas também através de sua direção, possa compreender isto e possa adotar também uma posição como esta.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. HENRIQUE SANTILLO EM SEU DISCURSO:

##### Política e Economia

##### COMO ELES AMARRAM O LAÇO

Trechos do documento entregue a Donald Regan

**Melhorando o Relacionamento Econômico entre o Brasil e os Estados Unidos** é o título do denso relatório de 28 páginas elaborado por uma equipe de importantes empresários norte-americanos, a partir da visita do Presidente Ronald Reagan ao Brasil, no final do ano passado, e encaminhado dia 22 de setembro ao Secretário do Tesouro, Donald Regan.

No documento reivindicam-se, entre outros pontos, a liberalização das regras que disciplinam a remessa de lucros para o Exterior e o registro de capitais estrangeiros, a abertura das importações brasileiras de suprimentos e equipamentos industriais norte-americanos, a revisão do controle de preços estabelecido pelo Governo brasileiro e a modificação da política de reserva de mercado (na área de informática).

##### Investimentos Estrangeiros no Brasil

Os Estados Unidos e o Brasil têm sido sócios no comércio e investimentos desde há muito tempo. O bem-estar e a prosperidade de cada um dos países são mutuamente benéficos. Por muitos anos, as empresas privadas americanas têm estado entre os maiores investidores estrangeiros no Brasil e acreditamos que estas sociedades têm sido benéficas para ambos os países. O Brasil e os Estados Unidos têm muito em comum e quanto mais pudermos expandir estas relações de investimentos, cada vez mais um dos países irá se beneficiar.

O Governo brasileiro tem demonstrado consistentemente sua crença e seu respaldo ao sistema de livre empresa. Esta política tem sido a contribuição maior para o formidável crescimento da economia brasileira, especialmente durante as duas últimas décadas. Os investidores estrangeiros têm sido bem-vindos e compartilharam deste notável crescimento. O futuro dos investimentos estrangeiros no Brasil está diretamente ligado ao sucesso do País em atingir suas metas de desenvolvimento. Embora o Brasil seja capaz de expandir sua economia sem investimentos estrangeiros, a experiência mostra que a política de portas abertas para com estes recursos promove um crescimento acima daquele que o País teria gerado com seus próprios recursos.

No que diz respeito às oportunidades de mercado, o Brasil é, sem dúvida, um dos mais favoráveis entre os países recentemente industrializados. Os programas do Governo, dirigidos para um melhoramento do nível de vida, oferecem oportunidades cada vez maiores para produtos e serviços. A lei para investimentos estrangeiros no Brasil tem permanecido sem mudanças básicas por quase 20 anos. O sucesso desta lei é evidente pela quantidade de investimentos estrangeiros instalados recentemente no País. No entanto, algumas modificações na administração da lei para investimentos estrangeiros poderiam tornar o Brasil ainda mais atrativo para estes investimentos sem desviá-lo dos seus objetivos básicos. Estas modificações sugeridas levariam a que os investidores estrangeiros fizessem uma contribuição ainda maior para com as metas de desenvolvimento do Brasil.

##### A. Fluxo de caixa para investidores estrangeiros

Um tratamento mais liberal da remessa de dividendos potenciais tornariam mais atrativos os investimentos estrangeiros no Brasil. Isto se aplica a todo tipo de investimento, incluindo aqueles de capital intensivo, assim como aqueles que requerem menos capital físico mas envolvem transferência substancial de tecnologia. Se tomarmos um investidor estrangeiro no Brasil cuja filial obtém uma venda bruta de US\$ 100 milhões e um lucro após tributação de 6% (US\$ 6 milhões), não seria absurdo esperar que 50% deste lucro (US\$ 3 milhões), seja remetido aos acionistas e o restante reinvestido no negócio. Por outro lado, pode-se esperar que um acionista estrangeiro receba uma média de 5% das vendas por seus serviços técnicos. Supondo que esta companhia é mais de 50% estrangeira, os honorários dos serviços técnicos não podem ser pagos como tal, mas apenas ser retirados do País como dividendos. Com base em nossos contatos com os industriais americanos no Brasil, concluímos que o capital registrado das empresas corresponde a 30% das vendas ou menos, em média (US\$ 30 milhões). Em nosso exemplo, os acionistas receberiam um total de US\$ 8 milhões para cobrir 5% de honorários técnicos e 3% para dividendos. Os 12% do capital investido registrado de US\$ 30 milhões, permitiriam um pagamento de apenas US\$ 3,6 milhões, menos do que a metade da quantia que é considerada necessária para atrair novo capital.

Uma explicação para a presente insuficiência de remessas, em termos do retorno alvejado pelos acionistas, é que a companhia acionista pode estar carregando uma cifra de investimentos mais alta em seus livros de dólares (calculada de acordo com os princípios contábeis inter-

nacionalmente aceitos) do que os reconhecidos pelo Banco Central para efeito de registro. No exemplo específico acima, é provável que o investimento dos acionistas em seus livros seja o dobro da quantia registrada. Assim, pelo simples reconhecimento da totalidade do investimento como ele é entendido pelo investidor, o Banco Central poderia permitir remessas quase iguais às desejadas pelo investidor, sem nenhuma mudança na legislação fundamental.

É interessante notar que se o capital estrangeiro registrado fosse aumentado para coincidir com o valor do investimento, dos acionistas, haveria uma melhora notável na relação entre débito e investimento nas contas externas brasileiras. O que seria um reconhecimento dos investimentos genuinamente existentes e refletiria mais correta e favoravelmente a presença real dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil.

A taxa estipulada para a remessa de lucros, junto com os limites para o registro de capital, constituem um desestímulo para os investidores estrangeiros, que podem estar avaliando as restrições para os seus investimentos no Brasil, comparando com outros países também anfitriões em potencial.

Muitos dos investidores estrangeiros no Brasil não têm remetido dividendos à média de 12% do capital registrado por ano, por uma série de razões, que poderiam incluir:

- + Planos de expansão dentro do Brasil que requerem reinvestimentos do total da quantia dos lucros retidos;
- + Lucros insuficientes;
- + Caixa insuficiente para a remessa; ou
- + Uma expectativa de que a taxa real de retorno nos investimentos brasileiros irá encontrar ou exceder aqueles em investimentos alternativos em outros países.

Este fato indica que qualquer aumento na saída de capital, ocasionada pela liberalização das leis de remessa, será pelo menos compensada por entradas de novos investimentos, estimulados pelo relaxamento. A taxa de retenção de 25% na remessa de lucros (até 12% do capital registrado é já igual ou maior que as taxas impostas por outros países que aspiram por novos investimentos. Firmas que fazem uma porção substancial dos seus investimentos em tecnologia ou outros itens intangíveis acham esta limitação particularmente não atrativa, uma vez que suas vendas serão bem maiores, em relação ao capital registrado, do que seriam numa tradicional indústria de manufaturados, de capital intensivo. Alguns ajustes no capital estrangeiro registrado ou nas taxas de juros aplicados nesta base de remessa iriam, no entanto, prover maiores incentivos, especialmente em áreas de alta tecnologia.

#### B. Importação de materiais, máquinas-ferramentas e equipamentos

Outra área de preocupação dos investidores estrangeiros no Brasil está ligada ao aumento da carga burocrática do Governo. Isto é especialmente importante na medida em que tem a ver com necessidade de âmbito nacional, a importação de ferramentas e máquinas e o problema de importar componentes essenciais a serem incorporados nos produtos finais.

Os investidores estrangeiros reconhecem que os sérios problemas no balanço de pagamentos implicam alguns controles de importação. No entanto, a aplicação restritiva de regulamentos de importação cria uma severa desvantagem para fabricantes que querem produzir no Brasil e permanecer competitivos no mercado internacional. O requisito de conteúdo altamente nacional em alguns itens resulta custos locais que não são competitivos no mercado internacional, mesmo quando considerados os incentivos brasileiros para a exportação. Além disso, os requisitos de conteúdo nacional podem forçar os fabricantes a recorrer ao uso de produtos locais que ainda não atingiram um nível ótimo de qualidade ou com tecnologia ainda não testada. Se os fabricantes tivessem a liberdade de decidir sobre a mistura de conteúdos locais e

importados, no âmbito das exigências do negócio em qualidade e custos e de saldos favoráveis de exportação *versus* importação, haveria um formidável incentivo à expansão dos investimentos.

Embora os investidores estrangeiros entendam a pretensão de se contar com abastecedores nacionais de máquinas, ferramentas e equipamentos etc., acham que chegar a isso levará tempo. Até lá, haverá atrasos excessivos e restrições na obtenção de licenças de importação para máquinas do tipo e qualidade necessárias, ainda não disponíveis no País. Em muitos casos, máquinas e equipamentos poderão ser importados sem seus motores elétricos ou eletrônicos, forçando a utilização de substitutos de origem brasileira. Tais requisitos são quase sempre tecnicamente impraticáveis e custosos. O uso obrigatório de componentes e materiais locais no produto final não estimula os supridores brasileiros a se tornarem competitivos em termos de custo e qualidade, havendo assim uma frustração da meta do Governo de produzir produtos modernos a baixo custo, tanto para o mercado de exportação como para o mercado interno.

#### C. Financiando investimentos estrangeiros

Embora os regulamentos que disciplinam as taxas de juros e a percentagem dos empréstimos dos bancos locais, que podem ser alocados a negócios pertencentes a estrangeiros, sejam freqüentemente modificados, há uma política geral em preferir empresas pertencentes a brasileiros. Um investidor potencial esperaria ter tratamento igual no mercado financeiro, independentemente da percentagem possuída por estrangeiros. Se se desenvolver no Brasil um mercado de capitais a termo, corporações com maioria de capital estrangeiro gostariam de participar.

#### Recomendações

Melhoramentos no clima dos investimentos estrangeiros resultarão aumento de entrada de capital. Para tanto, deve-se:

1. Liberalizar as leis de registro de capital estrangeiro e as limitações que governam as remessas de dividendos.
2. Eliminar as restrições à livre entrada de serviços técnicos e ao pagamento de gastos com pesquisa e desenvolvimento.
3. Revisar as leis e simplificar os procedimentos que regulam a importação de materiais, máquinas, ferramentas e equipamento.
4. Providenciar acesso indiscriminado das empresas estrangeiras ao mercado de crédito local e a outras fontes de financiamento.
5. Revisar os procedimentos de controle de preços de modo que eles não reduzam a lucratividade a longo prazo e, em consequência, desencorajem investimentos em setores-chaves.

#### Crescimento Tecnológico

##### A. Cenário

Muitas das observações nas seções precedentes demonstram a convicção do empresariado americano de que o Brasil é, a longo prazo, um importante parceiro dos Estados Unidos tanto estratégica como economicamente. Numa perspectiva de longo prazo, um elemento da maior significação estratégica no desenvolvimento é a tecnologia avançada. Isto torna o assunto um tema-chave comum, digno de tratamento separado neste relatório. Com poucas exceções, todas as empresas que participaram desse estudo concordam que a política brasileira no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico foi decisiva para o êxito da política de investimentos estrangeiros.

O enfoque tradicional quanto à negociação do desenvolvimento, aquisição e entrada da tecnologia avançada

no mercado internacional tem sido predominantemente de oposição. Muitas nações, talvez a maioria, desejam desenvolver tecnologia avançada através de uma aproximação basicamente protecionista. O Brasil e muitos países desenvolvidos fazem parte deste grupo. Outros têm adotado uma política mais orientada para o livre comércio em tecnologia. As nações de cada grupo têm defendido seus próprios interesses em termos bastante compreensíveis. Infelizmente, parece haver um aumento da polarização das posições adotadas.

#### B. A natureza da tecnologia avançada e como ela é desenvolvida e adquirida

No passado, os avanços técnicos eram transferidos de modo relativamente simples, por um desenho, uma fórmula, um processo unitário. Hoje em dia, as tecnologias avançadas são bem diferentes. Um simples produto depende de avanços sofisticados num conjunto de tecnologias.

Muitas nações desenvolvidas, incluindo o Brasil, estão compreensivelmente preocupadas com o fato de que as empresas internacionais gostam de vender os produtos da tecnologia avançada mas não querem partilhar o know-how que os engendrou. As alternativas são de "proteger" seus mercados, não permitindo a participação de fora, ou "controlar" a participação do know-how como condição de acesso ao mercado. Muitas vezes estas restrições são defendidas sob o argumento de que os interesses nacionais — sejam estes econômicos ou estratégicos — assim o exigem. Estas restrições retardam realmente o fluxo e o desenvolvimento de alta tecnologia; e atraso significa perda de competitividade — não apenas em tecnologias específicas mas também através de todo o esforço nacional. As consequências são realmente estratégicas em seu caráter.

#### C. A aproximação do Brasil

O Brasil parece estar seguindo um duplo estágio de "proteção" ou reserva de mercado nas áreas de aspiração à mais alta tecnologia e de "transferência" nas áreas de tecnologias menos avançadas. Cada uma destas políticas podem ser defendidas sob as rubricas tradicionais e sob condições econômicas "normais". No entanto, têm custos distintos e previsíveis, ambos em termos de investimento estrangeiro e de comércio. Eles estão sujeitos a três dificuldades fundamentais.

Primeiro, exigem uma superestrutura reguladora para controlar o acesso estrangeiro aos mercados ou para supervisionar a transferência regulada da tecnologia sob acordos de licenciamento. A experiência das inflexibilidades e dos encargos administrativos é clara: tanto os projetos internos como os estrangeiros são atrasados, sobrecarregados com despesas e desencorajados a ponto de serem muitas vezes reduzidos de tamanho ou abandonados. O resultado disso é uma oportunidade perdida que representa sérios custos econômicos a longo prazo.

Segundo, o uso de um mecanismo governamental em vez de um organismo de mercado para transferir tecnologia, implica que know-how pode ser transferido por simples contratos ou tratados entre governos. Embora isso possa ser verdade para as tecnologias básicas, as mais complexas só podem ser transferidas através de relações profundas, amplas e prolongadas. Isso implica interesses sobre extensos períodos de tempo através de uma variedade de arranjos, cada um deles adaptado para ser apropriado aos diferentes casos e circunstâncias. Daí que a flexibilidade fornecida pelo mercado local seja tão importante.

Terceiro, restrições e reservas de mercado engendram, no melhor dos casos, frustrações, e, no pior, retaliações. A política de "reciprocidade" que tem sido popular no Congresso dos Estados Unidos nos anos recentes é a resposta direta a estas restrições em muitos países. Em qualquer evento, a reação a essas restrições será mais perni-

ciosa para aqueles países cujo desenvolvimento tecnológico é pequeno no estágio onde pode ser pelo menos parcialmente "auto-sustentado".

É também verdade que o custo social total destas restrições não incide apenas sobre aqueles que teriam de qualquer maneira mantido o desenvolvimento tecnológico. No Brasil empresas nacionais e multinacionais ressentem-se com a privação e o acesso limitado às novas tecnologias.

As observações procedentes não negam a legitimidade dos interesses do Estado em proteger os interesses de segurança de seus cidadãos ou em assegurar-se de que as empresas brasileiras — sem olhar a quem pertençam — possam apenas remeter uma pequena quantia como pagamento de serviços que realmente resultam transferências efetivas de tecnologia. A este respeito, o dono da tecnologia estrangeira não entra em litígio com o governo. O problema é que na execução dos regulamentos, a transferência de tecnologia é frustrada pela fonte da tecnologia, e não pelo seu relativo valor para a economia. Como o Brasil, os Estados Unidos sujeitam muitas das tecnologias avançadas aos controles militares, por motivos de segurança nacional. Mas, em todo caso, o controle não deveria recair sobre a fonte: é a sua utilização o que realmente importa.

#### Recomendação

A Comissão de Estudo recomenda que os regulamentos tecnológicos no Brasil sejam modificados de modo a permitir uma transferência mais flexível e mais livre. Os legítimos interesses do Estado estarão protegidos por estreitos controles relativos à sua utilização específica, como a utilização militar ou de defesa nacional. Uma aproximação mais restritiva irá inevitavelmente desencorajar investimentos estrangeiros nestas áreas de desenvolvimento altamente prioritário e só levarão a estágios de crescimento tecnológico mais lentos do que os passos rápidos de outras economias mundiais.

#### Comércio Bilateral

O laço mais antigo e talvez o maior entre o Brasil e os Estados Unidos é o relacionamento comercial. No último ano os Estados Unidos compararam US\$ 4,1 bilhões do Brasil e venderam US\$ 2,8 bilhões. Junte-se a isto a significativa contribuição das empresas americanas nas exportações brasileiras para terceiros mercados.

#### A. Exportações

Poucos países têm mostrado, na história moderna, a determinação e o sucesso do Brasil em cumprir as metas para o aumento de exportação. Em 1980, as exportações brasileiras aumentaram cerca de 32%, e em 1981, cerca de 16%. Este crescimento se deu sem a manutenção do valor do cruzeiro relativamente às outras moedas e a deterioração dos termos de comércio para o Brasil nesse período. O desempenho das exportações brasileiras são sem paralelo, não em termos absolutos como também pela notável diversificação dos produtos exportados e pela percentagem relativamente alta de manufaturados que foram exportados nestes anos mais recentes. Desde 1979, aproximadamente 60% das exportações brasileiras têm sido de produtos manufaturados.

Os Estados Unidos são o melhor freguês do Brasil, embora este tenha diversificado geograficamente suas exportações. Em 1982, os Estados Unidos compraram 20% das exportações brasileiras, mais de três vezes a quantia do segundo país, o Japão. Este número significa um aumento de 17,6% sobre 1981. É também importante a composição do comércio com os Estados Unidos. As estatísticas indicam que as importações americanas de produtos brasileiros são relativamente pesadas na área de manufaturados, onde se almeja lucros e crescimentos maiores. Estes produtos incluem artigos em aço de todo tipo, barras de ferro, ligas ferruginosas, sapatos e produ-

tos têxteis, concentrado de suco de laranja congelado, outros alimentos industrializados, derivados de óleos vegetais, autopeças, máquinas e materiais de construção.

Como os Estados Unidos foram a primeira grande economia a se recuperar da crise e da recessão mundial, é de se esperar que o grande mercado americano seja o principal destinatário das exportações brasileiras. Considerando a importância substancial dos Estados Unidos na recuperação da economia brasileira, seria lógico esperar que tanto por motivos econômicos, como estratégicos, tanto o governo como as empresas privadas americanas sustentem esta posição de melhor freguês do Brasil.

Com efeito, as exportações brasileiras estão sendo desafiadas em várias frentes nos Estados Unidos. Em compensação, aviões brasileiros, calçados e melanina resistiram com muito sucesso às imposições de impostos de contravalor nos últimos 12 meses.

Paradoxalmente, o intercâmbio governamental em itens comerciais está provavelmente mais aberto e construtivo agora do que em qualquer outro momento no passado. Parece que cada um dos governos entende as posições que o outro tem que tomar. O governo brasileiro parece compreender que a agenda de litígios comerciais nos Estados Unidos é grandemente controlada pela ação dos adversários privados. Até há pouco tempo, o Departamento do Comércio procurou negociar regulamentos ou suspensões, deixando ao governo brasileiro a neutralização dos subsídios em que estão baseados muitos destes casos. Em 1982, os presidentes dos dois países encontraram-se duas vezes em conferência de cúpula. Há encontros regulares das autoridades comerciais de ambos os governos e foi negociado (embora não executado) um memorandum de entendimento durante a visita do Presidente Reagan ao Brasil que foi o início desse estudo.

Dentro do GSP (Sistema Generalizado de Preferências), os Estados Unidos indicaram que o Brasil deve ser seletivamente "graduado" pelo programa, em reconhecimento pelos seus avanços e pela sua posição de quinto maior beneficiário no GSP. Apesar desta postura oficial, os representantes comerciais americanos não "diplomaram" nenhum dos produtos brasileiros do GSP nos últimos dois anos. (\*)

#### B. Importação

Para além de qualquer questão, a necessidade que o Brasil tem de gerar excedentes comerciais exige a limitação das importações aos itens essenciais. Como qualquer política protecionista, estas restrições estão fadadas a impor certos custos à economia e a frustrar exportadores potenciais para o Brasil. Estatisticamente, esta é uma área na qual as restrições comerciais não reconhecem a importância da economia americana no Brasil e vice-versa. Enquanto os Estados Unidos contam com 40% dos débitos do Brasil, com 30% dos seus investimentos estrangeiros e 20% de suas exportações, aquele país conta só com 13% das importações brasileiras em 1982. Sob condições de mercado livre, este fenômeno poderia ser explicado pela força relativa do dólar comparado com outras moedas fortes, tornando assim os fornecedores europeus e japoneses relativamente mais competitivos. No entanto, à luz do escrutínio dado às aplicações de licença de importação, pode haver lugar para o restabelecimento de uma balança comercial bilateral sem comprometer as metas do balanço de pagamentos. O excedente de US\$ 1,3 bilhão com os Estados Unidos em 1982 foi quase o dobro de todo o excedente comercial de toda a economia.

(\*) Alguns produtos continuam esperando sua "formatura" desde anos precedentes, e as restrições sobre um produto importante, o ferro-manganês, foram removidas para todos os países.

Uma característica importante do período de ajustamento no qual o Brasil consegue uma certa recuperação econômica será a disponibilidade dos estoques necessários para ir ao encontro do aumento de demanda de produção. À luz das recentes restrições nas importações e na redução de fornecimento de matérias-primas e produtos finais ao Brasil, a importação será a curto prazo uma importante fonte para "apertar o botão". Assim, deve ser esperada alguma liberalização controlada na importação a curto prazo. Presumivelmente, arranjos financeiros criativos poderão ser forçados de modo a financiar estas importações sem sacrificar a entrada de divisas fortes. As empresas americanas podem estar bem qualificadas para responder a estes novos requisitos de importação, assumindo uma coordenação com os bancos americanos envolvidos no financiamento.

#### C. Empresas americanas no Brasil

Em geral, as empresas americanas no Brasil são excelentes exportadores potenciais. Das empresas examinadas neste relatório, o aumento médio nas exportações de 1978 para 1981 foi de 116%, em comparação com um aumento de 16% nas vendas para o mercado interno. As empresas multinacionais possuem uma fonte que poucas firmas nacionais têm, notadamente, um grande número de mercados já estabelecidos em outros países. Em alguns casos, este mercado é "pósuado" por um afiliado do fabricante brasileiro. Embora muitas empresas americanas exportem do Brasil para os Estados Unidos, a maioria destes mercados estão no Terceiro Mundo, que não apresenta as dificuldades algumas vezes encontradas nas exportações para os EUA. Assim, as empresas americanas agora estabelecidas no Brasil podem apoiar o crescimento econômico do Brasil exportando para todos os mercados.

Para realização plena deste potencial de exportação, é indicada a modificação de dois controles existentes. Primeiro, algumas empresas americanas revelaram não estar produzindo no momento qualquer produto exportável por lhes ser impossível ou impraticável a importação de ferramentas, protótipos ou componentes necessários. As fontes de abastecimento locais podem não estar disponíveis ou não ser competitivas. Para justificar o investimento na capacidade de produzir um "exportável", é muitas vezes necessário mostrar que o mercado interno também aceita o produto. A menos que seja permitida a importação para testes de marketing, o produto nunca terá a oportunidade de ser comprovado e não será, assim, posto em produção. Do mesmo modo, ocasionalmente pode ser necessária a importação de bens complementares para tornar um item pronto para a exportação. Assim as restrições para moldes, ferramentas, componentes, estoques para testes de marketing ou itens complementares podem apresentar-se como um impedimento para o estabelecimento de mercados de exportação lucrativos. Em tais casos, os mercados podem ser conseguidos por negociações com os países vizinhos.

Uma segunda dificuldade encontrada por empresas orientadas para a exportação é o controle estabelecido sobre a exportação de mercadorias em apoio às garantias ou serviços após a venda. Produtos mais sofisticados requerem níveis significativos de serviços de apoio. Muitas firmas relataram que o controle na exportação de peças sobressalentes e parte do equipamento de serviço causa tantos atrasos que as exportações só podem ser efetuadas para um país do Terceiro Mundo. Esta situação leva a uma dupla perda, porque desencoraja os pontos de apoio de serviços remunerados instalados no Brasil e pode encorajar o importador a comprar o equipamento básico ou os sobressalentes de um outro país.

Esta discussão identificou uma série de áreas onde as empresas privadas americanas podem participar do crescimento econômico brasileiro mantendo-se ativas no comércio externo.

**Recomendações**

1. O Governo dos Estados Unidos deveria:

a) fornecer todo o apoio possível ao esforço brasileiro para expandir suas exportações; b) resolver as disputas comerciais pendentes sem reduzir os ganhos brasileiros com o comércio; e c) evitar a colocação de novos empecilhos na expansão do comércio Brasil-Estados Unidos.

2. Em consideração ao excedente brasileiro para com os Estados Unidos e à sua contínua necessidade de suprimento industrial que estão disponíveis nos EUA é recomendado que o Brasil aumente o relacionamento com empresas americanas fornecedoras.

3. Para fazer com que as firmas americanas no Brasil exportem mais, recomenda-se que as restrições para a importação de componentes essenciais sejam liberalizadas para as empresas com balanço exportação-importação favorável e que os procedimentos de exportação sejam corrigidos para facilitar tanto a exportação em si como a assistência após a venda e a manutenção de apoio ao produto.

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOÃO CALMON NA SESSÃO DE 24-10-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Depois de uma semana marcada pela derrubada do monstruoso Decreto-lei nº 2.045, pela adoção precipitada e desnecessária de medidas de emergência no Distrito Federal e pela impossibilidade do fechamento de questão, na reunião do PDS, em torno do 2.064, novo bebê de proveta gerado nos laboratórios dos tecnocratas, iniciamos, hoje, mais uma vibrante etapa do esquema de valorização do Congresso Nacional. Por maior que seja a insensibilidade do Poder Executivo, já deve ter compreendido que o Poder Legislativo não está disposto a render-se depois de tantos anos de sucessivas humilhações.

Um dos principais líderes do PDS já admitiu, num debate registrado pela imprensa, que o Presidente da República está condenado, até o fim de seu mandato, a governar através de decretos-leis.

Nesse caso, o sonho da abertura democrática se desvanecerá e voltaremos ao mais negro período do autoritarismo.

A impaciência já começa a dominar os próceres do PDS mais vinculados ao Palácio do Planalto. Um deles, presidente do PDS, afirmou, segundo a imprensa, que a não inclusão do sistema de cascata, no Decreto-lei nº 2.064, "foi uma molecagem", depois de ter sido assumido um solene compromisso com a liderança do partido majoritário. Desmorona, assim, melancolicamente, o núcleo mais graduado do Partido que tem sido humilhado, espeznhado e marginalizado pelo esquema tecnocrático.

De repente, o Brasil ficou na dependência das reações do diretor-geral do Fundo Monetário Internacional, Sr. De Larosiére, ouvido pelo telefone, na semana passada, pelo Ministro da Fazenda, que chegou até a cogitar de renunciar ao seu cargo. Por maior que seja o respeito às opiniões dos técnicos do FMI, o Governo não pode es-

quecer que o principal problema do Brasil não é sua dívida externa. Há outras duas dívidas mais graves, que são a dívida interna, mais vultuosa e mais perigosa e a dívida social, a gigantesca dívida social. O FMI só se preocupa com os interesses dos que nos emprestaram bilhões de dólares, com juros escorchantes. Não precisamos de seus conselhos ou de suas recomendações sobre a necessidade de ser contida a inflação. Entretanto, consideramos intolerável a insistência em exigir do Congresso Nacional aprovação de decretos-leis elaborados pelo Poder Executivo para solucionar o problema de nossa dívida externa, que foi contraída e aumentou vertiginosamente sem qualquer participação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Os deuses do Olimpo governamental decidiram, na solidão em que vivem, iniciar empreendimentos faraônicos, alguns dispensáveis, outros superdimensionados, como Itaipu, Ferrovia do Aço, usinas nucleares, metrô, Transamazônica e tantos outros. Nunca foi ouvido o Congresso Nacional. Agora, querem exigir de nós o dócil, o irrestrito, o incondicional apoio. Nossa reação não tardou, através de um "Basta!", que alcançou intensa repercussão em todo o mundo democrático.

Um decreto-lei desumano, rejeitado pelo Congresso e outro decreto-lei, baixado horas depois, massacrando a classe média, configuram um quadro tenebroso, que cobre de vergonha, no exterior, a imagem de um país, que já saíra da categoria inferior, a que descera na era dos Atos Institucionais e dos sucessivos recessos do Congresso.

Não partem apenas dos Partidos de Oposição as vozes críticas que fulminam o novo monstro, gerado nas entranhas do Planalto. Um economista insuspeito, doutor universitário aplaudido na sua especialidade, ex-Ministro do Planejamento e membro do Conselho de Administração de um dos principais credores bancários do Brasil, o City Bank, o Sr. Mário Henrique Simonsen, concluiu assim o seu antológico artigo: "A classe média e o centauro", na edição desta semana da revista *Veja*:

"A maneira mais eficaz de desestabilizar uma sociedade é esmagar sua classe média. Luiz XVI, Nicolau II e Salvador Allende que o digam. Se essa era a intenção, o Decreto-lei nº 2.064, deve considerar-se um primor". Outra frase antológica do Professor Simonsen: "O 2.045 tinha defeitos, já o 2.064 não tem nexo".

Haverá, nos quadros do FMI, alguém mais autorizado, mais isento, mais objetivo do que o mestre Mário Henrique Simonsen? Exponentes, já consagrados, através de várias décadas, como Eugênio Gudin e Otávio Gouvêa de Bulhões, já condenaram, com palavras candentes, os sucessivos erros que vêm sendo comentados, na área econômico-financeira. Tudo em vão. O Presidente da República só tem ouvidos para captar os conselhos e as inspirações do seu todo poderoso Ministro do Planejamento, que, ao se encerrar a última reunião da bancada do Partido Majoritário para uma tentativa de fechamento de questão para a aprovação do Decreto-lei nº 2.064, exclamou: "O PDS acabou". Essa declaração confirma que falta ao titular do Planejamento a mínima autocritica. O PDS não acabou. O que está acabando, o que terá de acabar, inapelavelmente, é o reinado opressor do Ministro do Planejamento, sob pena de correr o grave risco de uma implosão o seu superior hierárquico, que o apoia e o sustenta.

A esta altura, em que o Brasil se encontra no limiar de um colapso, devemos lamentar profundamente o grave erro cometido pelos detentores do Poder, a partir de 1964 quando foram aumentando os mandatos dos Presidentes para cinco e depois para seis anos. Esse período é excessivo, insuportável e acima das possibilidades de resistência de qualquer chefe de um regime presidencialista.

Sem esse trágico erro, do qual não é responsável, o Presidente João Figueiredo já teria concluído o seu mandato em março do corrente ano, marcado pela decisão de levar avante a abertura democrática iniciada pelo seu antecessor, General Ernesto Geisel. Sua popularidade atingiu nos seus primeiros quatro anos índices invejáveis. Agora, a situação se modificou profundamente e se justificam amplamente os receios, os sinceros receios, de que uma crescente tensão nervosa possa acarretar dramáticas consequências.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sentindo essas apreensões, este Senador que vive na planície, lembra a página imortal de Machiavel focalizando o fenômeno da "Solidão do Príncipe". Nas alturas em que vive, não é fácil ao Chefe do Governo ouvir os rumores que se avolumam perigosamente e que partem, menos dos banqueiros estrangeiros, do que da classe trabalhadora e da classe média esmagadas por um pesadelo crescente. Se essas vozes não forem ouvidas, amanhã, talvez, seja demasiadamente tarde para se afastar o perigo de um desastre total.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR**

**Reunião da Comissão Deliberativa, realizada em 13-9-83**

Às dez horas do dia treze de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e três, reúne-se, em sua Sede, a Comissão Deliberativa do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, presentes os Senhores Deputado Edison Lobão, Presidente; Senadores José Lins, Primeiro Vice-Presidente, e Humberto Lucena, Segundo Vice-Presidente; Deputados Sebastião Rodrigues Jr., Secretário, Afrísio Vieira Lima, Tesoureiro, e Paes de Andrade e Ubaldo Barém, Membros do Conselho Interparlamentar; Senadores Aloysio Chaves, Lourival Baptista, Murilo Badaró e Nelson Carneiro; e Deputados Fernando Lyra, Furtado Leite, Epitácio Cafeteira, Albérico Cordeiro e Marcelo Linhares. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e esclarece que a presente reunião fora convocada para fixação da ajuda de custo e da passagem aérea da Delegação Brasileira à 70ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Seul, de três a doze de outubro próximo. Debatida a questão, a Comissão resolve: a) estabelecer a ajuda de custo no valor correspondente a dois mil e quinhentos dólares americanos; e b) conceder passagem, em classe executiva, no valor correspondente a três mil, oitocentos e dezesseis dólares americanos. Prosseguindo, a Comissão aprova os pedidos de filiação ao Grupo formulados pelo Senhores Senador Octávio Cardoso e Deputados José Fernandes e Theodorico Ferraço. Nada mais havendo a tratar, suspende-se a sessão para que se lavre a Ata. Reabertos os trabalhos, às onze horas, é a mesma lida e aprovada. Eu, Sebastião Rodrigues Jr., Secretário, lavrei a presente Ata que irá à publicação.